

GD!

JORNALISMO
INVESTIGATIVO

Papéis da CIA (agência de inteligência americana) mantidos por décadas sob segredo, liberados no final de 2016 para conhecimento público, revelam como os Estados Unidos espionaram desde o político Leonel Brizola até os escritores Erico Veríssimo e Josué Guimarães. Nem uma fábrica de tecidos localizada na Avenida Voluntários da Pátria, em Porto Alegre, suspeita de fomentar atividades comunistas, escapou da vigilância americana. O jornal Tribuna Gaúcha, ligado ao PCB, com sede no centro da Capital, também foi monitorado. A maioria dos documentos é fruto de ações de arapongagem no período da Guerra Fria, entre 1945 e 1991, época em que o mundo estava engolfado em uma batalha por informação, dividido pela disputa ideológica, bélica e econômica entre os blocos capitalista e soviético. Nesse contexto, qualquer suspeita de simpatia ao regime do líder Josef Stalin era suficiente para tornar políticos, empresários, sindicalistas, professores, artistas e jornalistas, entre outros profissionais, em objetos de espionagem. Embora liberados digitalmente, os documentos da CIA carregam trechos censurados, com a imposição de tarjas que escondem partes de seu conteúdo. A leitura dos relatórios indica que foram elaborados a partir de informações de fontes não nominadas, notícias de jornais e reuniões políticas mantidas pela embaixada e consulados americanos.

Citado centenas de vezes nos documentos, Brizola, classificado como "ultranacionalista", "extremista de esquerda" e "cunhado de Goulart", em referência ao então presidente João Goulart, era um dos alvos principais dos EUA. Nos documentos, é expressado o temor americano com a eventual ascensão política do gaúcho, desde a sua possível influência sobre o governo Goulart até a chance de ser eleito presidente do Brasil no pleito de 1989. Todas essas hipóteses geraram relatórios da CIA enviados ao Departamento de Estado americano. Exílio, guerrilha, um suposto plano de ataque ao presidente Artur da Costa e Silva em visita ao Uruguai, expropriações de empresas estrangeiras e nacionalização do petróleo, todos esses temas foram motivo de preocupação e espionagem quando o assunto era Brizola. Os documentos indicam como os EUA monitoraram a evolução das chances de um golpe militar contra Goulart, o Jango, confirmado em abril de 1964. Já no período da redemocratização, no final da década de 1980, os papéis da CIA sugerem que empresários pediram nova intervenção militar no Brasil. Uma atividade de observação intensa que, ao longo de décadas, ajuda a recontar detalhes da história.



RS NA MIRA DA CIA

CARLOS ROLLING
carlos.rolling@zerohora.com.brRODRIGO LOPES
rodrigo.lopes@zerohora.com.br

NO EXÍLIO, BRIZOLA PODE TER PLANEJADO ATENTADO EM PUNTA

Principal alvo da espionagem dos EUA no Brasil, Leonel Brizola teria planejado um ataque contra o então presidente Artur da Costa e Silva em abril de 1967, durante a Cúpula das Américas que ocorreria em Punta Del Este, no Uruguai, onde o ex-governador gaúcho estava exilado. É o que diz um dos documentos secretos da CIA assinado em 24 de março de 1967. Brizola é citado em um contexto de diversas preocupações do governo americano com a convenção, incluindo temores de sabotagens ao sistema elétrico e de distribuição de água. A segurança do presidente americano Lyndon Johnson era outra preocupação listada no relatório. Depois de classificar os organizadores da convenção como "não confiáveis", o documento volta suas atenções ao político gaúcho. "Leonel Brizola, um líder extremista brasileiro exilado, escapou da vigilância uruguaia. Brizola pode estar planejando algum ato de violência contra o presidente brasileiro quando ele visitar Punta del Este, embora pareça mais provável que tentaria provocar o governo de Brasília, encenando algum incidente envolvendo terroristas ou guerrilheiros no Brasil", diz trecho do memorando de inteligência.

Jornalista e um dos colaboradores próximos do político trabalhista na época, Índio Vargas acredita na hipótese de um ataque contra Costa e Silva ter sido planejado, mas destaca a improbabilidade de sucesso.

— Eles (Brizola e aliados) cogitavam muito. Da maneira que fosse possível, queriam atacar o governo brasileiro, mas era uma coisa difícil e complexa — avalia Vargas, que participou de reuniões com o líder trabalhista em Montevideu na tentativa de organizar um

levante armado no Brasil, ideia que fracassou.

Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke também considera plausível a trama do atentado, mas avalia que a desistência foi o caminho natural ante as severas consequências que o ato poderia detonar.

— É possível que tenha sido planejado, mas não era factível. Brizola não entraria em uma fria. E fazer isso seria uma fria — destaca Krischke.

Opinião divergente é a do jornalista Flávio Tavares, outro que teve proximidade com o líder e, durante os idos das décadas de 1960 e 1970, participou de importantes coberturas políticas e integrou a luta armada, sendo preso, torturado e exilado.

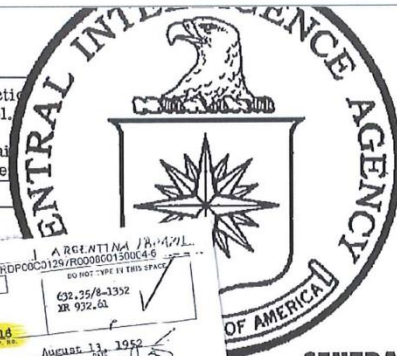
— Isso é uma fantasia doles (CIA) sobre o Brizola. Em março de 1967, ele já começava a abandonar a ideia da guerrilha no Brasil. Ele defendeu insurreição armada, mas não com atentados. Mas era natural que tanto a CIA quanto o SNI (Serviço Nacional de Informações) ficassem com medo da ida do Costa e Silva ao Uruguai, que era como um território livre. Muitos exilados estavam lá — analisa Tavares.

Professor titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense e autor de uma das biografias mais conceituadas sobre João Goulart, Jorge Ferreira destaca que o plano de Brizola era voltar a Porto Alegre após a cidade ser tomada por apoiadores fiéis do Exército e da Brigada Militar. Ele retornaria a Campanha da Legalidade, fazendo da Capital um ponto de resistência à ditadura. Não deu certo e, do exílio, Brizola contou com o apoio de Fidel Castro para organizar focos de guerrilha dentro do Brasil, iniciativa que também fracassou.

— Nunca foi do estilo do Brizola praticar atentados pessoais. Alguém pode ter tido essa ideia estapafúrdia, a CIA descobriu e culparam ele — avalia Ferreira.

A preocupação dos americanos com o trabalhista era notória e isso o tornou alvo de espionagem e de

9. Rhodesia: Smith's call for election as move to ensure white control.
10. Notes: Communist China - Thai Europe: Brazil-Uruguay; Vene



Declassified and Approved for Release 2012/08/27 : CIA-RDP000129/RC00000130004-6

ARGENTINA / A.M. 1952

DO NOT TYPE IN THIS SPACE

632.35/8-1352

XR 932.61

INCLASSIFIED (Security Classification)

FOREIGN SERVICE DESPATCH

FROM : Amconsulate, Porto Alegre, Brasil

TO : THE DEPARTMENT OF STATE, WASHINGTON.

REF : Consulate's Unclassified Despatches Nos. 101 dated February 8, 1952 and 155, dated June 13, 1954

CLASS : ARA

CLASS : CJI 135 171 UMA 175

DATE : AUG 23

SUBJECT : Argentine-Brazilian border incidents.

CENTRAL INTELLIGENCE BULLETIN

TOP SECRET

Em texto de 1967, americanos alertam que o líder trabalhista, no exílio, poderia planejar um atentado contra Costa e Silva, durante reunião de cúpula que reuniria chefes de Estado em Punta del Este

6. Leonel Brizola, an exiled Brazilian extremist leader, has eluded his rather casual Uruguayan surveillance. Brizola could be planning some violence against the Brazilian President when he visits Punta del Este, although it seems more likely that he would attempt to provoke the Brazilian Government by staging some incident involving terrorists or guerrillas in Brazil.

*Brazil: President Goulart in a conversation with the US Ambassador on 9 April referred briefly to recent US-Brazilian financial talks as "rather disappointing," and evaded comment on the recent military crisis between anti-Communist War Minister Amaury Kruel and the pro-Communist First Army commander.

In response to a question as to whether the political agitation led by Goulart's brother-in-law, Leonel Brizola, was not a serious danger compounded by Brizola's close association with the President, Goulart replied that he has close personal ties with Brizola but that he disagreed entirely with him on policies.

Jango (abaixo, à esquerda) foi questionado por embaixador dos EUA sobre relações com o cunhado, Brizola (abaixo, à direita), conforme documento da CIA (ao lado). O presidente confirmou laço, mas disse discordar do líder trabalhista em questões políticas

centenas de relatórios entre as décadas de 1950 e 1980, percorrendo mais de 30 anos de escrita. Durante o governo de José Sarney, na época da redemocratização, era constante a observação da CIA sobre as chances de Brizola ser escolhido presidente na eleição de 1989, a primeira após o fim do regime militar. Um dos papéis cita que, caso eleito, o trabalhista poderia ser impedido de assumir o poder pelas Forças Armadas.

"Embora a popularidade de Brizola esteja em ascensão, suas chances de chegar à presidência estão longe de estarem garantidas. Sua defesa aberta de políticas esquerdistas preocupa brasileiros moderados. De acordo com a Embaixada dos Estados Unidos, líderes militares, por sua vez, sugeriram que impediam Brizola de tomar posse", diz documento nominado Latin American Review, de 2 de agosto de 1985. Anos antes desse relatório, a inteligência americana mapeou a aproximação de Brizola com os governos esquerdistas de Cuba e Argélia. Também houve inquietação com a hipótese de ele se tornar dirigente da Petrolbras no governo de João Goulart na década de 1960, período em que encerrou o mandato como governador do Rio Grande do Sul, elegendo-se posteriormente deputado federal pelo Rio de Janeiro.

"Leonel Brizola - defensor da nacionalização - pode obter um cargo de gabinete como ministro de Minas e Energia ou como chefe do monopólio nacional de petróleo Petrobras. Ele está em alta depois de obter mais votos do que qualquer congressista na história e diz que não ficará satisfeito em estar apenas no Congresso", relata documento sem data e que soma 10 páginas, a maioria delas censurada.

Apesar das preocupações americanas acerca do petróleo, o real interesse do trabalhista era assumir o Ministério da Fazenda, à época superpoderoso, por acumular as funções do Banco Central, que ainda não existia. Ele chegou a criar o bordão "contra a inflação, Brizola é a solução", mas Jango, temendo

entregar os rumos do governo, não lhe deu o cargo.

Em abril de 1963, o embaixador dos EUA no Brasil se reuniu com o então presidente João Goulart e fez questionamentos "sobre a agitação política" liderada por seu cunhado Brizola. A resposta de Jango consta em documento secreto enviado ao Departamento de Estado americano, que equivale ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

"Goulart respondeu que tinha estreitos laços pessoais com Brizola, mas que discordava inteiramente dele em questões políticas", diz trecho do boletim.

- Para os EUA, o demônio era Brizola, e não Jango. Como governador do Rio Grande do Sul, Brizola desapropriou a companhia de energia elétrica e a telefônica, as duas americanas, e criou a partir delas a CEEE e a CRT. Ele era o inimigo - relata Kriskhke.

Flávio Tavares avalia que Brizola, como governador, "desafiou os EUA como ninguém havia feito na América Latina". Somente Fidel provocou maior ira com a Revolução Cubana, cujo triunfo ocorreu em janeiro de 1959, pouco antes das estatizações de Brizola.

- Goulart era um líder trabalhista que pregava reformas dentro do capitalismo para permitir maior justiça social. O Kennedy (John, presidente dos EUA), em abril de 1962, referiu-se a ele como 'grande amigo'. Quanto ao Brizola, as empresas americanas que ele nacionalizou no Rio Grande do Sul foram indenizadas com um cruzeiro cada uma. Algumas análises afirmam que ele estava à esquerda do Partido Comunista. O próprio Prestes (Luís Carlos, líder do Partido Comunista) admitiu que Brizola poderia fazer no Brasil o papel que Fidel Castro fez em Cuba - analisa Ferreira.

Os episódios de encampações de empresas americanas causavam incômodo estrangeiro e foram alvo de relatório da CIA em março de 1962. A conclusão da análise da espionagem também mostra como era turbulenta a relação entre os cunhados Brizola e Jango aos olhos forasteiros.



ERICO E JOSUÉ GUIMARÃES ERAM MONITORADOS

RIO GRANDE DO SUL,
O "TEXAS BRASILEIRO"
NA VISÃO AMERICANA

Dois ícones da literatura gaúchos, os escritores Erico Veríssimo e Josué Guimarães são brevemente citados em documentos da CIA. Josué é mencionado em um "relatório especial", de agosto de 1963, nominado "Tendências políticas, militares e econômicas no Brasil". Era um momento de crescente disputa política e radicalização e, nesse contexto, a agência americana narra ações do então presidente João Goulart, o Jango, para "aumentar seu poder pessoal". São listadas a aproximação com movimentos de extrema esquerda e tentativas de "minar Carlos Lacerda, líder anticomunista e governador do Estado de Guanabara (a cidade do Rio de Janeiro)". Josué Guimarães, à época, era diretor da Agência Nacional de Jango e, por isso, foi apontado como uma engrenagem da propaganda governista.

"Ele (Jango) anunciou uma política de reservar meia hora por semana para discussão no rádio das 'reformas de base'. Esse programa está sob supervisão da agência nacional de comunicação do governo, liderada por Josué Guimarães, que não é conhecido por ser comunista, embora tenha contatos frequentes com a embaixada soviética", diz o documento.

O teor do relatório da CIA confronta a tese de que Josué Guimarães, autor de *A Fera e o Fogo* e *Camilo Mortágua*, teria sido agente de espionagem da KGB, o serviço secreto soviético, hipótese que foi publicada recentemente por um periódico português. Na década de 1970, Guimarães chegou a morar em Lisboa, capital portuguesa, onde foi correspondente do jornal *Correio do Povo*. Para a inteligência americana, ele sequer era comunista, apesar de manter contatos com a embaixada da União Soviética.

Claro que os soviéticos pegavam informação com Josué, os jornalistas eram fontes nas quais os diplomatas se baseavam. Mas chamar de espião é bobagem - avalia o jornalista Flávio Tavares.

Tavares recorda que, no cargo de diretor da Agência Nacional de Jango, Guimarães era responsável por produções como *A voz do Brasil*, além da distribuição de notícias e gravação de documentários em vídeo que eram rodados antes das sessões de cinema. Ele ressalta que Guimarães e Erico Veríssimo eram "muito amigos" e homens de visão política de esquerda.

Autor de *O Tempo e a Vinte*, *O Senhor Embaixador* e *Incentivo em Antares*, entre outras obras,

Veríssimo aparece em um documento batizado "O controle dos intelectuais no Estado comunista". Na introdução, o texto descreve como o governo estendeu seu controle sobre as artes na União Soviética por entender que teriam papel importante na educação ideológica.

BAIANO JORGE AMADO TAMBÉM ERA OBSERVADO

Nesse espírito, no resto do mundo, foi criado o Conselho Mundial da Paz, que promovia congressos com a presença de intelectuais. Havia clara conexão entre os eventos e o governo soviético.

Naquela época, esses congressos eram como atos contra o imperialismo americano - explica Tavares.

O documento da CIA continha críticas aos encontros: "Os intelectuais da América Latina estão fartos da falsidade do apelo comunista à paz. Os chamados congressos de cultura não são nada além de frentes que Pablo Neruda e Jorge Amado estão tentando promover para fortalecer a estrutura do chamado Movimento pela Paz".

No mesmo relatório, o escritor baiano é definido pela inteligência americana como "gato de recados" dos comunistas. A citação de Erico surge no momento em que o relatório se debruça sobre um congresso que estava por acontecer.

"O manifesto foi assinado por 16 nomes bem conhecidos, entre eles: Erico Veríssimo, Jorge de Lima, Jorge Amado, Luis Carlos Prestes, Leonidas Barletta, Gregorio Bermann, todos conhecidos militantes comunistas", diz o relatório, baseado em reportagem de diário chileno.

Quem viveu e estudou aqueles tempos de Guerra Fria acredita que Erico possa ter assinado uma "adesão" ou carta de apoio ao congresso, mas há dúvidas quanto a sua presença física nos atos.

Erico tinha, inequivocamente, visão de esquerda, foi ligado ao velho Partido Socialista Brasileiro. Ele circulava bem com os americanos, era muito respeitado como escritor. Até duvidou que ele tenha ido. Ele sabia que ir a um evento desses te carimbava, e ele era cauteloso - avalia Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.



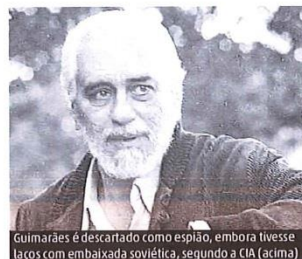
Erico aparece entre "conhecidos militantes comunistas" (abaixo). Em boletim da agência americana de 1952, há preocupações sobre "expropriações" de empresas americanas pelo governo de Brizola e ativismo em fábricas de Porto Alegre

1952. The sponsors claimed that their purpose was to "unite in fraternal debate writers, scientists, educators, moving picture figures, musicians, poets, and technical men with the object of studying the problems which arise from the lamentable lack of cultural interchange in Latin America". According to *El Mercurio*, the manifesto was signed by sixteen well-known persons, among whom were: Erico Verissimo, Jorge de Lima, Jorge Amado, Luis Carlos Prestes, Leonidas Barletta, Gregorio Bermann, all of whom the newspaper classed as known militant Communists. Other signers, according to *El Mercurio*:

"Brazilian" Governor Brizola of the Brazilian state of Rio Grande do Sul on 27 February advocated the expropriation of all foreign enterprises in Brazil, including banks. He announced preparations for seizing a Rio Grande do Sul subsidiary of the American-owned Electric Bond and Share Corporation. The government took over a subsidiary of International Telephone and Telegraph earlier this month. The governor may be timing these moves to embarrass his political rival and brother-in-law, President João Goulart. Prior to Goulart's visit to the United States on 3 April.

1. Tecidos Tupy Isler S/A, a wholesale textile firm located on Rua Voluntários da Pátria in Porto Alegre, was organized in 1947 with a declared capital of Cr\$ 1,000,000. This capital was later increased to Cr\$ 3,000,000. The company was dissolved on 15 June 1951 by Tupy Mendes Isler and Roberto da Silva Isler, to whom any profits were to accrue.
2. The directors of the organization were Tupy and Roberto Isler and Luis Hoffman. Tupy Isler has served on various Communist committees in Rio Grande do Sul. The Control Council was composed of Paulo Menegassi, Mozart Cunha de Melo, and Jayme de Assis Trindade. These three men are Brazilians, about whom no derogatory information exists.

cials. This program is under the supervision of the government's national communications agency, headed by Josue Guimarães, who is not known to marauds, although he has been a Communist although he has frequent contacts with the Soviet Embassy. The government has also requisitioned considerable additional time to put its



Guimarães é descartado como espião, embora tivesse laços com embaixada soviética, segundo a CIA (acima)

Uma indústria, três deputados estaduais gaúchos e contatos de Luis Carlos Prestes com comunistas de Porto Alegre não escaparam das lentes da CIA. A maioria das atividades vigiadas no Estado está contida em relatórios intitulados "Atividades Comunistas no Rio Grande do Sul", Estado que foi chamado de "Texas brasileiro" em memorando de 1963.

Documento de janeiro de 1952 desperta atenção para a atuação de um dirigente de fábrica de tecidos na Rua Voluntários da Pátria. Antes de descrever o resultado do monitoramento do empresário, o relatório apresenta breve histórico da Tecidos Tupy Isler S.A. "Os diretores da organização eram Tupy e Roberto Isler e Luiz Hoffman. Tupy Isler atuou em vários comitês comunistas no Rio Grande do Sul", diz o papel.

Para o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, a espionagem de fábricas remotas, embora possa surpreender, encontra respaldo lógico e político

diante das circunstâncias da época:

- A Voluntários da Pátria era uma zona fabril. E onde o Partido Comunista se fazia presente? Onde havia fábricas e trabalhadores. É possível que estivessem criando comitês.

Também eram observados parlamentares que, na Assembleia Legislativa, pregavam ideias de cunho esquerdista.

"Durante o mês de julho (1947) houve evidência de crescente atividade por parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio Grande do Sul. Os três deputados estaduais comunistas, Manuel Jover Telles, Dr. Julio Teixeira e Antonio Pinheiro Machado Neto,

lutavam com habilidade e força uma última batalha pela sobrevivência", registrou a CIA em agosto de 1947.

No mesmo documento, é citada a existência do jornal *Tribuna Gaúcha*, veículo ligado aos comunistas: "Para obter simpatizantes, o PCB publicou diariamente notícias na *Tribuna Gaúcha*, pedindo aos sindicatos, organizações 'democráticas' e pessoas em geral que se comunicassem com os escritórios da *Tribuna Gaúcha*, na Rua General Câmara, 381, primeiro andar, que é considerada a sede pública do PCB".

Pouco depois, em outubro de 1947, novo memorando retoma o trabalho da *Tribuna Gaúcha*. O relatório também classifica a política local como atribulada. "A agitação pré-eleitoral predominante não é um sintoma de desordem iminente, mas sim a condição normal da política gaúcha". O comunismo é a força mais fraca no horizonte político. As poucas reuniões comunistas costumam ser realizadas nos escritórios da *Tribuna Gaúcha*, cujo jornal está em dificuldades financeiras. É provável que deixe de ser publicado em breve. Esse documento é encerrado com a afirmação de que "contém informações que afetam a segurança nacional dos Estados Unidos" sobre atos de espionagem.

Principal líder comunista da história do país, Luis Carlos Prestes teve uma carta de sua autoria interceptada pela CIA em 1948. Segundo a agência, a "circular secreta foi distribuída a comunistas em Porto Alegre por Tito Paraguassú". Prestes listou nove recomendações, todas elas reproduzidas no relatório de espionagem.



EUA VIAM SINAIS DE NOVO GOLPE NO BRASIL EM 1988

AGÊNCIA FOLHA



Segundo documento da CIA, empresários teriam pedido, por mediação do ex-presidente militar Geisel (acima), nova intervenção (no detalhe). Americanos também estavam preocupados com possibilidade de Brizola chegar à presidência

Um ano antes das primeiras eleições diretas para presidente do Brasil, em 1989, os EUA identificavam um possível novo golpe militar em gestação no país. É o que revela um memorando de 22 de novembro de 1988 preparado por analistas da agência de inteligência americana especificamente para um encontro entre o diretor da CIA e o secretário de Estado George Shultz, no governo Ronald Reagan.

Passados 27 anos do movimento da Legalidade, que garantiu a posse do vice João Goulart, os americanos não tinham perdido de vista o líder daquela resistência. No documento intitulado "Brasil: a economia e perspectivas para um golpe", os autores do relatório supõem que Shultz provavelmente questionaria o diretor da CIA sobre pressões de empresários brasileiros para uma nova intervenção. A preocupação, desta vez, era com a ascensão de Brizola e as chances de ser eleito presidente. O boletim destaca que "industriais brasileiros estão enviando sinais, por meio do ex-presidente general Geisel, ao alto comando militar que uma inter-

Brazil: Pressures for a Coup. The Secretary may want to discuss prospects for a coup in Brazil and the chances that Leonel Brizola would be elected President in next year's (November 1989) Presidential election. Although economic pressures are building in Brazil—it is faced with a severe debt problem and inflation approaching 1,000 percent annually—DI analysts believe the military is not likely to intervene unless worsening social conditions lead to a breakdown of civil order.

That key Brazilian industrialists are sending signals, through ex-President General Geisel, to the military high command that intervention is necessary. Geisel reportedly has firmly rejected the plea, at least for now. As for next year's

venção é necessária", Geisel, que governou o país entre 1974 e 1979, teria "firmemente rejeitado o pedido, pelo menos até agora".

ELEITO, BRIZOLA CAUSARIA NOVAS "DORES DE CABEÇA"

Além de Brizola, o Departamento de Estado americano estava preocupado com a economia brasileira: a inflação beirava os 1.000% ao ano. O texto critica a administração do então presidente José Sarney, caracterizada por "políticas econômicas vacilantes".

Com subtítulo "Preocupações militares", o documento aponta deterioração econômica e greve de metalúrgicos como questões que "acenderam o alerta em al-

guns círculos militares e entre seus aliados no setor econômico". Diz o texto: "Oficiais estão envolvidos com empresários e banqueiros em planos de contingência para uma possível intervenção militar". Entretanto, analistas acreditam que os militares não agiriam dessa vez, "a menos que o agravamento das condições sociais leve a uma destruição da ordem civil".

Os EUA avaliavam que, eleito, Brizola certamente causaria novas dores de cabeça a Washington: "Ele provavelmente tomaria ações radicais de forma unilateral em relação à dívida externa" e "favoreceria nacionalização do setor bancário, reduzindo investimentos externos e importações em geral".

Desde o início da redemocratização, a CIA monitorava o nascimento de novos partidos no país. No documento chamado "Latin America Review", de 2 de agosto de 1985, há detalhes de movimentações partidárias, de Brizola e do PDT, fundado em 1979.

"Desde sua criação, o PDT tem servido principalmente como veículo político pessoal para Brizola. O partido é mais forte no Estado do Rio Grande do Sul, onde Brizola foi figura política proeminente nas décadas de 1950 e 1960, e no Estado do Rio de Janeiro, onde agora é governador". Na visão americana, líderes militares poderiam impedir a posse de Brizola: "Seja ou não presidente, acreditamos que Brizola continuará a desempenhar um papel importante na política brasileira".

O líder trabalhista nunca chegou à Presidência. Brizola, que havia encerrado o mandato no Rio em 1987, acabou em terceiro lugar na disputa de 1989. Ficou fora do segundo turno por diferença de 454 mil votos em relação ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Fernando Collor de Mello venceu o pleito e tornou-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto.

REPRODUÇÃO



Quase um ano após destituição de Jango, documento enviado ao Departamento de Estado americano vê "liderança moderada e efetiva" de Castello Branco (acima) no poder

AGÊNCIA VIGIOU O PAÍS ANTES, DURANTE E DEPOIS DE 1964

Por décadas, a CIA acompanhou de perto agitações políticas, movimentações de oficiais no Brasil e a tentativa de resistência arquitetada pelo governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul na Campanha da Legalidade, por meio de relatos enviados pela embaixada e consulados a Langley, na Virgínia, onde fica a sede da inteligência dos EUA. Chama atenção a atualização dos relatos, em uma época em que não havia internet. Em documento de 31 de agosto de 1961, com o presidente Jânio Quadros a caminho da Europa após renunciar, funcionários americanos relatam a sessão conjunta do Congresso que permitira a posse do vice João Goulart, com as restrições do sistema parlamentarista. No texto, o regime a ser implantado no Brasil é comparado ao da Alemanha Ocidental, então,

no contexto da Guerra Fria, exemplo de antagonismo à porção comunista da nação dividida após a II Guerra, a Alemanha Oriental.

No boletim, analistas denotam expectativa de uma declaração de Jânio: "Ao embarcar para a Europa, o ex-presidente Jânio Quadros afirmou que foi forçado a renunciar, mas não esclareceu quem ou quais forças eram responsáveis. O ministro da Justiça acredita que Quadros possa em breve divulgar uma declaração que ligue os EUA às forças externas às quais atribui sua renúncia". O consulado americano em São Paulo, diz o texto, acrescenta que a declaração de Jânio seria uma tentativa de encontrar "um bode expiatório".

Quando o documento é enviado à CIA, João Goulart está voltando da China. O relatório prevê o desembarque em Buenos Aires, Ar-

gentina, para aquela noite e aposta que ele buscará proteção em território gaúcho: "Sua presença em Buenos Aires ou Montevideo tornaria conveniente ir para o Rio Grande do Sul, governado por seu cunhado Leonel Brizola".

A rede da Legalidade garantiu a posse de Jango, que não resistiria, três anos depois, a nova investida militar. No dia seguinte ao golpe, em 2 de abril de 1964, um "boletim de inteligência" enviado aos EUA teve título triunfante sobre o Brasil: "As forças anti-Goulart parecem ter obtido vitória quase total". Há longos trechos de textos apagados, por conter informações que, mesmo mais de 50 anos depois, o Departamento de Estado e a própria CIA consideram de "segurança nacional".

O documento segue narrando a partida de Jango para o exílio:

"Apesar de se recusar a renunciar, Goulart claramente perdeu o controle efetivo". O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, "um socialdemocrata moderado" na linguagem da CIA, assume o governo. "Ele governará por 30 dias, período durante o qual o Legislativo elegerá um sucessor para preencher o restante do mandato de Goulart". Em 11 de abril de 1964, há uma eleição indireta para presidente. Quatro dias depois, Ranieri entrega o cargo ao marechal Humberto Castello Branco.

Dez meses depois, um relatório da CIA, em tom otimista, avalia o governo militar brasileiro: "O presidente Castello (sic) Branco continua a exercer uma liderança moderada e efetiva e a avançar gradualmente para restaurar a estabilidade econômica", diz o boletim, de 5 de fevereiro de 1965.



POLÍTICA +

Rosane de Oliveira

rosane.oliveira@zerohora.com.br
zerohora.com/rosanedeoliveira
@rosanedeoliveira

Com Débora Cademartori | debora.cademartori@zerohora.com.br | 5218-4387

ZERO HORA
SÁBADO E DOMINGO,
18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2017

12

ESTADO COMEÇA A PAGAR NO DIA 24

Com o feriado de Carnaval, e a abertura dos bancos somente na tarde da Quarta-feira de Cinzas, o pagamento dos servidores do Estado começará na sexta-feira, 24 de fevereiro.

A primeira parcela deverá ficar distante dos R\$ 8,1 mil pagos no final de janeiro, mas assim mesmo o governo precisou antecipar para o dia 23, por decreto, o recolhimento do ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações. Pelo calendário, o ICMS dos combustíveis deveria ser pago no dia 25. O de energia e telecomunicações, no dia 27.

Contribuintes que parcelaram o ICMS e o IPVA terão de fazer o pagamento no dia 24.

CHERINI LUTA CONTRA O CâNCER



Na próxima semana, o deputado Giovanni Cherini (PR) começa a fazer radioterapia e quimioterapia no Hospital da PUC para combater um carcinoma de garganta que o obrigou a se afastar das atividades em Brasília.

Cherini está sendo tratado pelos médicos Nedio Steffen e André Fay. Mistico, concilia o tratamento convencional com o espiritual.

Na segunda-feira, o deputado será atendido na casa Nosso Lar em São José (SC). Em seguida, irá para Abadiânia (GO), encontrar-se com o médium João de Deus, que atendeu o ex-presidente Lula ao ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

TRABALHANDO DO HOSPITAL

Internado no Hospital da PUC, o deputado não para. Por telefone, encaminhou uma lista de 340 municípios que receberam recursos de emendas da bancada gaúcha para a segurança pública e 340 a serem contemplados com verbas para a agricultura.

Do hospital, Cherini disse à coluna que está recebendo milhares de manifestações de apoio e que os amigos fazem correntes de oração:

– Sinto que, depois deste tratamento, serei uma pessoa melhor. Se Deus quiser, vou vencer a doença. Confio na minha cura.

NÃO VALE A PENA VER DE NOVO

Foi o assassinato de Cristine Fonseca Fagundes, 44 anos, em frente ao Colégio Dom Bosco, em agosto de 2016, que precipitou a queda do então secretário da Segurança, Wantuir Jacini. Delegado aposentado da Polícia Federal, Jacini vinha minimizando a situação da segurança pública no Estado. Foi convidado a se demitir pelo vice-governador José Paulo Cairati, que assumiu o comando do gabinete de crise até a nomeação do substituto, o ex-prefeito de Santa Maria Cezar Schirmer. Seis meses depois, outra mulher – Paola Serpa, 33 anos – foi assassinada em circunstâncias semelhantes em Cachoeirinha.

Cristine e Paola, ambas comerciantes, têm mais em comum do que o fato de terem

sido mortas dentro do carro, em via pública. Foram assassinadas enquanto aguardavam um filho que estava em sala de aula.

O que disse Schirmer sobre o crime? Que é “constrangedor para quem trabalha no aparato de segurança”. E mais:

– Isso é uma dor terrível, é uma lástima, mas nos dá ainda mais força para trabalhar mais forte contra o homicídio. O grande desafio neste momento é o combate ao homicídio.

Constrangedor não é a palavra mais adequada. Seria mais preciso dizer que é o fracasso da política de segurança do governo gaúcho. E que o discurso de que “2017 será o ano da segurança” foi atropelado pelos fatos e pelos números.

Político experiente, Schirmer se mostra

diferente de Jacini na atitude, mas os resultados de sua gestão são tão pífios quanto os do antecessor. A vinda da Força Nacional de Segurança não trouxe a paz imaginada pelos que pressionaram o governador José Ivo Sartori a pedir socorro ao governo federal. Agora, Schirmer acena com o reforço de policiais da Força Nacional, depois do Carnaval, e com os 400 novos brigadianos que estão concluindo o curso de formação e serão incorporados à tropa em março.

Para a família de Paola, o reforço chega tarde demais. Para os gaúchos em geral, a sensação é de desalento. As estatísticas mostram queda na maioria dos indicadores, mas os crimes mais graves (homicídios e latrocínios) continuaram crescendo em 2016 e seguem em alta em 2017.

ALIÁS

Sem poder contar com a polícia, resta ao cidadão proteger-se atrás de grades e recomendar aos filhos, pais e amigos que não fiquem um minuto sequer parados dentro de um carro na rua e tomem cuidado para que o simples ato de tirar o cinto não pareça reação.



Uma manifestação com gritos de “Fora, Temer” deixou o ministro da Cultura Roberto Freire constrangido na cerimônia de entrega do Prêmio Camões de Literatura, em São Paulo. Vencedor da distinção neste ano, o escritor Raduan Nassar de finiu o governo de Michel Temer como ilegítimo, criticou a indicação de Alexandre de Moraes para a vaga de Teori Zavascki e não poupou nem o Supremo Tribunal Federal.

– É esse o Supremo que temos, ressalvadas outras exceções. É coerente com seu passado à época do

SAIA JUSTA EM PREMIAÇÃO

regime militar. O mesmo Supremo proficiou a reversão da nossa democracia sobre o impeachment de Dilma Rousseff. O golpe estava consumado, não há como ficar calado.

Freire rebateu o discurso:

– É um adversário recebendo um prêmio de um governo que ele considera ilegítimo. Quem dá prêmio a adversário político não é a ditadura?

A plateia reagiu com gritos e vaias. Em nota, o Ministério da Cultura lamentou o protesto e disse que o “ataque” foi organizado por integrantes do PT.



NOVA REGRA

A regulamentação da lei das estatais, publicada pelo presidente Michel Temer em 2016, agora vale para as empresas públicas do RS. O governador José Ivo Sartori assinou decreto estendendo a regra ao Estado.

Na prática, a lei proíbe indicações políticas para cargos de diretoria e membros do conselho e veda a nomeação de pessoas ligadas a partidos. O prazo para adequação vai até o dia 30 de junho de 2018. Ou seja: vale mesmo para o próximo governador.

A lei na íntegra pode ser conferida em zerohora.com/rosanedeoliveira.

RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE COLETIVO EM CANOAS, A EMPRESA SOGAL FOI NOTIFICADA A APRESENTAR, EM 30 DIAS, UM PLANO DE RENOVAÇÃO DA FROTA. O PREFEITO LUIZ CARLOS BUSATO QUER RETIRAR DAS RUAS 56 ÔNIBUS COM IDADE ENTRE 11 E 15 ANOS, QUE REPRESENTAM 45% DO TOTAL. O CONTRATO VAI ATÉ NOVEMBRO DE 2018.

BATALHA DE NÚMEROS

A Justiça Militar do Estado contesta a afirmação do deputado Pedro Ruas de que o governo gasta R\$ 40 milhões por ano com o tribunal. A assessoria de comunicação afirma que o órgão custou R\$ 29 milhões em 2016.

A Justiça Militar sustenta que a origem da proposta do deputado “é um movimento para a chamada desmilitarização da Brigada Militar”.

Ruas disse que os R\$ 40 milhões divulgados constam no orçamento do Estado e que a suposição de que, com o texto de sua emenda, está propondo a desmilitarização da Brigada é uma “mentira deslavada”.

Velloso recusa convite para assumir Ministério da Justiça

EX-MINISTRO DO STF alega compromissos profissionais e éticos para decisão

Carlos Mário Velloso, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu recusar o convite do presidente Michel



Carlos Velloso

Temer para ser ministro da Justiça no lugar de Alexandre de Moraes. Dois obstáculos foram apontados por ele para não aceitar o cargo: a pressão da família e contratos com cláusulas de exclusividade com seu escritório de advocacia, que atua em mais de 50 ações em tribunais.

"Não obstante desejo pessoal de contribuir com o país, neste momento tão delicado, compromissos de natureza profissional e, sobretudo, éticos, levam-me a adotar esta decisão", justificou Velloso em comunicado à imprensa. "Acredito no adágio *pacta sunt servanda* (o contrato é lei entre os contratantes)", detalhou. O jurista acrescentou que continuará à disposição de Temer para ajudá-lo de outra forma.

Velloso foi ministro do STF entre 1990, nomeado por Fernando Collor, e 2006, quando saiu por ter atingido a idade limite. Abriu então escritório de advocacia em Brasília. O ex-magistrado disse que comunicou a decisão a Temer na tarde de sexta-feira.

— Ele entendeu, era uma questão ética. Tenho compromissos a honrar e consultei a todos, mas não pude deixá-los. São contratos que tenho de manter. A menos que o contratante estivesse disposto a aceitar a minha saída. Não foi o caso — afirmou.

PRESIDENTE REINICIA SONDAGEM DE NOMES

Temer e Velloso conversaram na noite de quinta sobre as dificuldades para aceitar o convite. Auxiliares que estiveram com o presidente na sexta-feira afirmam que Temer "já estava preparado para a escolha de outro nome" para o Ministério da Justiça desde a noite passada. Esses assessores disseram que o presidente havia

dado prazo até o fim da tarde de sexta para que Velloso respondesse ao convite, mas já avaliava que clientes do escritório de advocacia do ex-ministro do STF inviabilizariam a ida para o governo. Além disso, os filhos de Velloso eram contrários à nomeação.

A ideia de Temer era nomeá-lo a partir de quarta-feira, após a saída de Alexandre de Moraes no Senado. Com a recusa de Velloso, o presidente terá de rever seu câmpio de opções para o ministério.

Neste fim de semana, Temer deve reiniciar a sondagem de novos nomes para a Justiça. Entre os cotados, antes de o ex-ministro do STF ser convidado, estavam o vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, e o deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), apoiado pela bancada peemedebista na Câmara.

Para a Secretaria de Segurança Pública do governo, estaria cotado o advogado criminalista Antonio Mariz. Mas ele afirmou na sexta-feira à noite que não vai aceitar cargo para o governo federal.

LAVA-JATO

Duas denúncias arquivadas e uma liberada

O ministro Edson Fachin, do STF, arquivou dois inquéritos, contra os senadores Fernando Collor (PTC-AL) e Lindbergh Farias (PT-RJ), e liberou para julgamento denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Lava-Jato.

Raupp é acusado de ter recebido R\$ 500 mil para campanha ao Senado em 2010, que teriam sido desviados do esquema de corrupção na Petrobras. Ele nega irregularidades.

Collor era suspeito de receber vantagens indevidas em operação da BR Distribuidora. A PGR concluiu não haver provas suficientes para instaurar denúncia. Collor ainda é alvo de outros cinco inquéritos na Lava-Jato.

Lindbergh foi acusado de ter recebido R\$ 2 milhões de origem ilegal durante campanha para o Senado, em 2010. Conforme a PGR, não foi possível encontrar provas contra o senador.

DESTINO DE PROJETO

Texto contra corrupção irá para o Senado

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux fecharam na sexta-feira acordo sobre o destino do projeto das 10 medidas contra a corrupção. A proposta foi apresentada pelo Ministério Público Federal em 2016 e sua tramitação foi interrompida após decisão liminar do ministro da Corte.

Pelo acordo, a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara vai conferir os mais de 2 milhões de assinaturas de apoio a projeto de iniciativa popular. Maia e Fux também concordaram, conforme a assessoria de imprensa da presidência da Câmara, que, depois disso, a proposta poderá ser enviada ao Senado para seguir com a tramitação.

Em dezembro do ano passado, Fux havia determinado que a proposta voltasse à estaca zero, depois de sofrer, na Câmara dos Deputados, várias alterações que, segundo ele, teriam descaracterizado o projeto original.

Um mês de investigações sobre a queda de avião que matou Teori

FAMÍLIA DE MINISTRO do STF mantém cobrança por apuração profunda sobre causas do desastre em Paraty, no Rio, no dia 19 de janeiro. Autoridades analisam destroços em busca de respostas



Magistrado (detalhe) e mais quatro pessoas morreram no sul fluminense



GUILHERME MAZUI
guilherme.mazui@grupopbs.com.br
RBS BRASÍLIA

Passado um mês da queda do avião com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, em Paraty (RJ), a família do magistrado mantém a cobrança por uma investigação profunda sobre o caso. Força Aérea Brasileira (FAB), Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF) apuram as circunstâncias que levaram o bimotor King Air C90 a mergulhar no mar, matando o então relator da Lava-Jato na Corte e mais quatro pessoas no dia 19 de janeiro.

— Continuamos defendendo que se investigue tudo até o final para que seja afastada qualquer possibilidade de dúvida sobre as causas do acidente — reforça Francisco Zavascki, um dos filhos de Teori.

Francisco e os irmãos Liliana e Alexandre participaram em Brasília, nesta sexta-feira, de uma missa na catedral em homenagem ao ministro. A viagem também serviu para recolher

os pertences de Teori no antigo gabinete no Supremo e no apartamento funcional. Levado para Porto Alegre, o acervo fechou mais de 120 caixas com livros e documentos.

A família ainda aproveitou a ida à capital federal para conversar com as autoridades e receber atualização sobre o andamento das investigações. Procurados por Zero Hora, FAB, PF e MPF não deram detalhes do caso, cujo sigilo foi decretado pela Justiça. Além de Teori, que tinha 68 anos, morreram o piloto Osmar Rodrigues, o empresário Carlos Alberto Filgueiras, dono do avião, a massoterapeuta Maíra Panas e sua mãe, Maria Panas.

Nos bastidores, a hipótese de desorientação espacial do piloto continua com mais força para explicar o choque da aeronave nas águas do litoral fluminense. Como chovia no momento do acidente e no aeródromo de Paraty só é possível realizar pouso visuais, Rodrigues teria perdido noção de espaço com a baixa visibilidade e caído no mar.

A possibilidade ganhou força

na semana seguinte ao acidente, com a análise preliminar do áudio extraído do gravador de voz da cabine do bimotor, feita pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), vinculado à FAB. Os dados não apontaram “anormalidade nos sistemas da aeronave”, segundo a avaliação inicial.

FAB NÃO TEM DATA PARA DIVULGAR RELATÓRIO

Filha de Teori, Liliana teve acesso ao áudio, no qual o piloto não relata problemas no King Air. Também não há registro de discussões, gritos ou outro sinal de agitação entre os passageiros. Na gravação, Osmar indica tentativa frustrada de pouso. Ao tentar nova aproximação, ele afirmou “estou na final” e instantes depois é possível ouvir o barulho da queda no mar.

A investigação realizada pela FAB passa por outras análises, como perícia técnica na aeronave, em especial dos motores. Os destroços seguem no Rio de Janeiro, para onde foram levados

após a retirada do mar. Essa apuração, que costuma contar com auxílio de especialistas estrangeiros, é dividida em três etapas — coleta de dados, análise e apresentação dos resultados.

A coleta envolve aspectos distintos, entre eles verificações nos sistemas e projeto do King Air, condição médica e psicológica do piloto, rota do voo e condição meteorológica no dia da tragédia. Os especialistas pretendem traçar, a partir de dados recuperados do GPS, a exata rota percorrida pelo bimotor.

A FAB não estima data para divulgação do relatório final, que deve ser utilizado no trabalho da PF e do MPF. O conteúdo tem caráter preventivo, a fim de evitar novos acidentes em condições similares. Na morte do então candidato à Presidência Eduardo Campos, entre a queda da aeronave com o político e a apresentação dos resultados se passaram 17 meses. O acidente com o helicóptero que matou o ídolo colorado Fernandão, em junho de 2014, teve relatório divulgado em setembro de 2015.

Lava-Jato ainda sem sobressaltos

Com a força-tarefa empreendida pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, e por assessores do antigo gabinete de Teori Zavascki, a Lava-Jato, até o momento, não sofreu atrasos projetados após a morte do magistrado. Um mês depois, as delações da Odebrecht estão homologadas. Edson Fachin assumiu a relatoria da operação e paira a expectativa de que uma leva de pedidos de abertura de inquéritos contra políticos chegue à Corte depois do Carnaval.

As semanas posteriores à morte de Teori foram agitadas. Superado o luto, Cármen Lúcia deu aval à equipe do ministro para ouvir os delatores da Odebrecht e homologou em 30 de janeiro, 11 dias depois da queda da aeronave, os 77 acordos. Na mesma semana, Fachin migrou para a 2ª Turma da Corte, que julga a Lava-Jato, e foi sorteado relator.

ESFORÇO PARA FECHAR A SEGUNDA “LISTA DE JANOT”

No último dia 6, o presidente Michel Temer indicou seu ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para a vaga de Teori no Supremo. A sabatina do escolhido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado está marcada para terça-feira, e a tendência é de aprovação tranquila no colegiado e no plenário da Casa.

Das mudanças provocadas pelo acidente, a mais lamentada foi o pedido de desligamento do juiz Márcio Schieller, braço direito de Teori. Considerado o “arquivo” da Lava-Jato no STF, ele retornou à Justiça de Santa Catarina. Relatos indicam que estaria desgostoso com o futuro da investigação. Seu trabalho facilitaria a análise de Fachin dos próximos pedidos de abertura de inquéritos formulados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Desde a homologação das delações, a Procuradoria-Geral da República trabalha para formular a segunda versão da “lista do Janot” — a primeira saiu em março de 2015. Deputados, senadores, ministros de Estado, governadores e ex-governadores estarão entre os alvos. O procurador pretende solicitar a Fachin, junto com o início das investigações, o fim do sigilo de boa parte dos acordos. Ficaria em sigilo casos nos quais o conteúdo poderá atrapalhar as apurações. No Congresso, circula o comentário de que seriam liberados trechos de 65 das 77 delações. Também virão pedidos para remeter à primeira instância casos que envolvem pessoas sem foro privilegiado.

Foro privilegiado opõe STF e Congresso

MINISTROS DA CORTE criticam benefício dado a 32 categorias no país, enquanto senadores buscam estender vantagem vista como blindagem

FÁBIO SCHAFFNER
fabio.schaffner@zerohora.com.br

Instituído em 1891, na primeira Constituição da República, o foro privilegiado protege hoje cerca de 22 mil autoridades e coloca em campos opostos o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto parlamentares tentam fazer prosperar manobras para dificultar eventuais punições, ministros da mais alta Corte do país defendem enrugamento na blindagem judicial. Dos políticos com mandato eletivo, apenas vereadores não desfrutam da prerrogativa de função. No total, 32 categorias – incluindo promotores e juízes de primeira instância – têm direito a só serem julgados em tribunais.

Nos últimos dias, pelo menos dois membros do STF criticaram o expediente. Relator da Lava-Jato, o ministro Edson Fachin disse, na sexta-feira, que o foro privilegiado é “incompatível com o princípio republicano”. Luís Roberto Barroso foi além. Em despacho enviado ao plenário do Supremo, afirmou que a regra atual é uma “perversão da Justiça” e que foi feita para não funcionar.

“O foro por prerrogativa é causa frequente de impunidade, porque dele resulta maior demora na tramitação dos processos e permite a manipulação da jurisdição do tribunal”, escreveu o ministro. As manifestações vieram na

sequência de investida do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para impedir que os presidentes da Câmara e do Senado fossem processados por atos anteriores ao mandato. Tanto Jucá quanto os atuais presidentes das duas casas do Congresso – Eunício Oliveira (PMDB-CE), no Senado, e Rodrigo Maia (DEM-RJ), na Câmara – são citados na Lava-Jato. A proposta recebeu o endosso de 29 senadores, mas acabou retirada após reação da opinião pública.

As investigações do Ministério Público duram mais de dois anos. E o mandato dos presidentes dos poderes é de dois anos. Então não há objetivo de blindar ninguém – tentou justificar Jucá.

POUCAS CONDENAÇÕES E MUITAS PRESCRIÇÕES

Para Barroso, é justamente a extensão do foro privilegiado o maior embargo à celeridade da Justiça no país. De acordo com o ministro, tramitam no STF 357 inquéritos e 103 ações penais somente contra parlamentares. Levantamento do projeto Supremo em Números, da Fundação Getúlio Vargas, mostra que, de 2011 a março de 2016, apenas 0,74% dos réus com foro privilegiado foram condenados e 68% dos processos prescreveram. Em geral, a Corte demora 565 dias para receber uma denúncia, ante uma semana na primeira instância.

No despacho com críticas ao foro, Barroso examinava ação penal contra o atual prefeito de Cabo Frio (RJ), Marcos da Rocha Mendes, acusado de oferecer dinheiro e carne em troca de votos em 2008. Mendes respondia ao Tribunal Regional Eleitoral, mas, ao final do mandato, o processo desceu à primeira instância. O político, contudo, era suplente de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Câmara e acabou herdando a cadeira de deputado após a cassação do titular. Com isso, a ação subiu para o Supremo. Em outubro passado, Mendes foi eleito prefeito novamente, caracterizando o que Barroso chama de “dissinergia prática do foro”.

Para o jurista Vladimir Passos de Freitas, presidente da Associação Internacional de Administração de Tribunais, o foro privilegiado criou um sistema de castas, garantindo tratamento desigual perante a lei. Freitas, que presidiu o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, defende que a prerrogativa de foro só tenha validade para as atividades desempenhadas no exercício da função, tese semelhante à encampada pelo ministro Barroso.

Qualquer crime está protegido pelo foro privilegiado. Se você brigar no seu condomínio e um vizinho que for promotor lhe der um soco, ele só poderá ser processado no Tribunal de Justiça. É um absurdo – reclama o jurista.

QUEM TEM DIREITO À PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

CARGO	FORO
Presidente da República e vice-presidente	Supremo Tribunal Federal
Ministros do Supremo Tribunal Federal	Supremo Tribunal Federal
Deputados federais, senadores e ministros de Estado	Supremo Tribunal Federal
Procurador-geral da República e advogado-geral da União	Supremo Tribunal Federal
Ministros de tribunais superiores (STJ, TST, TSE, STM e TCU)	Supremo Tribunal Federal
Embaixadores	Supremo Tribunal Federal
Governadores	Superior Tribunal de Justiça
Desembargadores	Superior Tribunal de Justiça
Membros de tribunais de contas dos Estados	Superior Tribunal de Justiça
Membros de tribunais regionais federais, do Trabalho e Eleitorais	Superior Tribunal de Justiça
Conselhos de tribunais de contas dos municípios e agentes do Ministério Público que atuem em tribunais	Superior Tribunal de Justiça
Juízes federais, do Trabalho, militares e procuradores da República	Tribunais Regionais Federais
Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais	Tribunal Superior Eleitoral
Juízes eleitorais	Tribunal Regional Eleitoral
Deputados estaduais, secretários de Estado e prefeitos	Tribunal de Justiça dos Estados
Juízes de Direito e promotores de Justiça	Tribunal de Justiça dos Estados



RBS BRÁSILIA

Carolina Bahia
carolina.bahia@grupoarbs.com.br
@Carolina_Bahia

ZERO HORA
SÁBADO E DOMINGO,
18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2017

19

Com Silvana Pires silvana.pires@grupoarbs.com.br

VAI ACUMULANDO

Uma segunda lista de **Janot** está para ser divulgada, mas a Procuradoria-Geral da República ainda nem resolveu a primeira. Para se ter uma ideia, somente o processo que envolve seis políticos do PP gaúcho está estacionado há 23 meses. Os deputados já encaminharam aos investigadores todas as informações solicitadas, em especial da área fiscal. A cobrança é para que **Rodrigo Janot** archive os casos ou encaminhe denúncia de uma vez. Uma demora que está pegando mal junto ao próprio STF. Nos bastidores, desafetos de Janot afirmam que ele está fazendo média com todos os lados porque tem interesse na recondução ao cargo. A definição para a PGR está marcada para setembro e, se escolhido, o atual procurador irá para o terceiro mandato.

APESAR DA PROMESSA AO ESTADO, O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA AINDA NÃO DEFINIU COMO SERÁ VIABILIZADO O REPASSE PARA O COMPLEMENTO DE HORAS EXTRAS DOS POLICIAIS MILITARES GAÚCHOS. ESTE É UM DOS PRINCIPAIS PONTOS DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA.

TEATRO FECHADO

Na esperança de levar adiante a segunda fase das obras do Teatro Sete de Abril, a prefeita de Pelotas, **Paula Mascarenhas** (PSDB), negocia com o Ministério da Cultura a liberação de R\$ 9 milhões. Na tentativa de sensibilizar o ministro **Roberto Freire**, seu ex-colega do PPS, ela apresentou o ministro com o livro *Teatro do Imperador*, do jornalista gaúcho Klécio Santos.

FORO PRIVILEGIADO NA BERLINDA

A operação blindagem tem um efeito colateral que desagrada a muitos poderosos de Brasília. A manobra bem-sucedida do presidente **Michel Temer** a favor de **Moreira Franco** acabou reacendendo o debate sobre o fim do foro privilegiado. Como já disse o presidente da OAB, **Claudio Lamachia**, o foro serve apenas para beneficiar uma casta de privilegiados perante a Justiça. São deputados, senadores, ministros que contam com o tempo para surfar na impunidade. Pressionados, agora são os integrantes do Supremo Tribunal Federal que começam a se manifestar, clamando por mudanças.

O conselho pleno da OAB analisa, no próximo mês, proposta de mudança nas regras do foro, reduzindo o número de agentes públicos beneficiados e redefinindo critérios. Os ministros **Luís Roberto Barroso** e **Edson Fachin** também estão dispostos a debater o assunto. **Barroso** chegou a levar ao plenário uma proposta concreta de modificação das regras, para que o foro não seja válido para crimes praticados anteriormente à ocupação do cargo. Para **Fachin**, a regra que beneficia os políticos é incompatível com o princípio republicano. Mas o que aconteceu para essa reação tão enfática do Supremo assim, de uma hora

para outra? A resposta é: pressão.

Diante da avalanche que será a delação da Odebrecht, aumentará a cobrança para que o STF tome decisões sobre a abertura de inquéritos e julgamentos. Embora todo o processo na mais alta corte seja mais complexo, as comparações com o andamento da Lava-Jato na Justiça em Curitiba são inevitáveis. Em dois anos e meio de operação, o juiz **Sergio Moro** proferiu 118 condenações. No Supremo, nenhum caso chegou a esse ponto ainda. A única desvantagem do foro especial para os políticos é que, quando julgados, não há como recorrer a outra instância. Foi o que ocorreu com a turma do mensalão.

BR-116

Prefeitos e empresários da Região Sul vão fazer muito barulho nos próximos dias na tentativa de assegurar as obras da BR-116. Eles pretendem mobilizar o governo gaúcho e as principais lideranças políticas em uma campanha, a exemplo do que houve a favor da duplicação da BR-101.



O presidente **Michel Temer** resolveu com rapidez a vaga no STF, mas não tinha na manga um nome para o Ministério da Justiça. Mergalhado em uma crise na segurança pública, o país chega a quase duas semanas com um interino à frente da pasta. O ex-ministro do STF **Carlos Velloso** reunia as características desejadas por Temer. Além de contar com o apoio do PSDB, recebeu o aval do senador **Aécio Neves** (MG), um jurista respeitado e vinha sobrevivendo à fritura. Mas disse não. Ele alegou pressão da família e preocupação com o escritório de

COMEÇAR DE NOVO

advocacia administrado por ele e pelo filho. O curioso é que, nos últimos dias, Velloso concedeu várias entrevistas, contando sobre o convite e os desafios do cargo. Como a viúva Porcina, da novela *Roque Santeiro*, é mais um que foi sem nunca ter sido. O vice-procurador-geral da República, **José Bonifácio de Andrada**, também está na lista dos preferidos de Aécio para o cargo, mas interlocutores do governo apostam que as negociações se voltarão para um nome político, indicado pelo PMDB ou mesmo pelos tucanos.



Com Leonardo Vieceli | leonardo.vieceli@zerohora.com.br 3218-4757

CARVÃO EM CAMINHO ALTERNATIVO

Sem muitas garantias de que o Planalto vá afrouxar a rede e incluir projetos de carvão nos próximos leilões de energia, empresas do setor e o Piratini tentam encontrar uma alternativa para o minério gaúcho.

Um dos caminhos possíveis foi anunciado sexta-feira após encontro da direção da Copelmi, maior mineradora do país, com o governador José Ivo Sartori: a instalação de um parque carboquímico na região do Baixo Jacuí. Se sair do papel, o projeto que prevê a produção de gás natural no Estado resolveria – ou pelo menos amenizaria – de uma só vez três problemas:

1. A poluição seria menor. Ao apostar no uso do carvão verde (gaseificação do minério para comercialização de gás natural), a indústria causaria menos prejuízos ao ambiente em comparação às termelétricas tradicionais que queimam o minério.

2. Não haveria mais dependência da boa vontade do Planalto. Como o fornecimento de gás é realizado por licitação estadual, e não por leilão, seria uma solução “caseira” para o minério gaúcho.

3. Redução de risco de desabastecimento. Em dois anos, vence o contrato com a Bolívia para fornecimento de gás ao RS. Além de aumentar a arrecadação de ICMS, a produção local traria mais segurança da entrega do insumo.

O entrave? O mesmo de sempre. Recursos. Foi apresentada a intenção de parceria com a coreana Posco, que seria responsável por construir e garantir o funcionamento da planta. Também traria 30% do investimento necessário – estimado em US\$ 4,4 bilhões (cerca de R\$ 13 bilhões). A própria Copelmi entraria com uma outra parte. Mas seria necessário buscar novos investidores privados, já que desde outubro o BNDES não financia a juros subsidiados empreendimentos que não sejam de “energia limpa”. Para não virar fumaça, é preciso que interessados apareçam.

NO MAPA DA INOVAÇÃO, FLORIANÓPOUS VÊ CADA VEZ MAIS PORTO ALEGRE PELO RETROVISOR. DE 9 A 11 DE MARÇO, A CAPITAL CATARINENSE RECEBERÁ O DATA DRIVEN BRASIL 2017, EVENTO COM EMPRESAS QUE LIDERARAM PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO POR MEIO DO USO DO BIG DATA.

Acolunista Maria Sirodo está em férias.

FORA DA CURVA

gabriel.lennner@zerohora.com.br



PARCERIA HI-TECH

UMA LUZ A gaúcha 4all quer se aproximar de outras startups. Lançada por José Renato Hopf em novembro, a empresa fechou acordo para instalar um espaço multiuso no Tecnopuc, em Porto Alegre. A ideia é fornecer tecnologia a projetos situados no complexo. O espaço não substituirá a sede da 4all na capital gaúcha, que segue desenvolvendo ferramentas que conectam o público a marcas.

DE ALTO NÍVEL

Reúna dois economistas para um debate e provavelmente você encontrará três opiniões diferentes. A brincadeira, comum no meio acadêmico, faz referência à dificuldade de encontrar consenso em qualquer que seja o assunto em pauta. Imagina, então, economistas de currículo extenso, todos com PhD no Exterior, discutindo atuação do BC, juízo, inflação e, claro, rombo fiscal? É o que tem se visto na recente troca de artigos em jornais entre Gustavo Franco, Monica De Bolle, André Lara Resende e Alexandre Schwartzman. Tudo no mais alto nível. Quase sempre. Vez ou outra sobra uma acusação de “desonestidade intelectual” para lá ou para cá.

CRISE? QUE CRISE?

Já tem data a inauguração do moderno Centro de Distribuição da Bebidas Fruki em Pelotas. Será no dia 10 de março, fruto de investimentos de R\$ 20 milhões. A empresa anunciou recentemente seu ingresso no mercado catarinense.

A gaúcha Substância Gastronomia Light tem plano ousado para os próximos dois anos: abertura de 20 lojas, totalizando 50 franquias no país. Desde 2011, a marca vem registrando crescimento anual médio de 30%.

DINHEIRO & DIVERSÃO

Desde o ano passado, o real vem se valorizando frente a moedas como o dólar, o que é comemorado por quem deseja ir ao Exterior. E a coluna aproveita o período em que muitas pessoas tiram férias para indicar filmes sobre viagens. São produções bem diferentes, mas com um traço em comum: a variedade de histórias que podem ser colocadas na bagagem.



MEIA-NOITE EM PARIS (2011) É o filme mais conhecido entre os aqui listados. Com direção de Woody Allen, a produção apresenta o romantismo da capital francesa. Durante uma viagem à cidade luz com sua noiva e seus sogros, o personagem de Owen Wilson repensa sua vida e tem aticção seu desejo de virar um escritor famoso.



VIVENDO COM UM DÓLAR (2013) O documentário escancara uma das tantas feridas existentes entre países: a desigualdade. Mostra a experiência de jovens estudantes de Economia que descobriram que mais de 1,1 bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 1 por dia. Após as aulas, arrumam as malas e vão à Guatemala para sentir na pele essa realidade.



NEGÓCIOS FORA DE CONTROLE (2015) Era para ser uma viagem só de negócios à Europa. Mas o personagem principal, interpretado por Vince Vaughn, se vê em meio a acontecimentos inesperados. Ao lado de seus dois sócios – um senhor e um jovem –, vive de perto culturas e costumes diferentes que compõem o Velho Continente.



ALBERGUE ESPANHOL (2003) Conta a experiência de Xavier, um francês de 25 anos que cursa Economia. Antes de terminar a faculdade, o personagem recebe proposta de emprego no setor público. Para ocupá-lo, é necessário ter domínio do espanhol. Por isso, toma o avião rumo a Barcelona, onde divide apartamento com mais sete estudantes estrangeiros.

Com o dólar mais barato, cresceu a bagagem dos brasileiros em viagens internacionais. Os gastos no Exterior chegaram a

US\$ 1,57 bi

em janeiro, alta de 88% em relação ao mesmo mês de 2016. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central.

Imagens reforçam tese de latrocínio de rainha de bateria em Cachoeirinha

PAOLA SERPA ERA COMERCIANTE e destaque da escola Imperatriz Dona Leopoldina, da Capital

EDUARDO TORRES
eduardo.torres@diariogaucha.com.br
VITOR ROSA
vitor.rosa@diariogaucha.com.br

Para a polícia, está reforçada a hipótese de que a rainha de bateria da escola de samba Imperatriz Dona Leopoldina, Paola Serpa, 33 anos, assassinada a tiros na noite de quinta-feira no Distrito Industrial de Cachoeirinha, foi vítima de latrocínio (roubo com morte).

— É o que nos indicam as imagens que analisamos da cena do crime e o que conseguimos coletar até o momento com os depoimentos já colhidos e outros elementos de prova — explica o delegado Newton Martins Filho, da 2ª DP de Cachoeirinha.

A Polícia Civil identificou, na sexta-feira, um dos três suspeitos. Ele é proprietário do Voyage usado na fuga. Conforme o delegado Newton Martins, o homem, que tem antecedentes criminais, é morador de Canoas e deve prestar depoimento nos próximos dias.

— É justamente o dono do Voyage. Temos de determinar se ele só dirigia ou se emprestou o carro, mas todas as provas colhidas colocam ele na cena do crime — adianta o delegado.

A polícia constatou que o veículo não estava em situação de furto ou roubo. O carro foi abandonado e incendiado, horas depois. O Voyage do suspeito foi flagrado após furar uma sinaleira nas proximidades de onde o crime ocorreu. No restante do trecho, o motorista teve o cuidado de reduzir a velocidade em lombadas eletrônicas, para não ser identificado. Isso, segundo o delegado, indica que ele conhecia o caminho.

A polícia ainda não tem pistas dos outros dois bandidos envolvidos. Nas imagens, apenas um criminoso desce do carro e tenta, por 19 segundos, abrir a porta do Cruze, e, depois, atira em Paola. A vítima aguardava a saída da filha de sete anos de uma aula de reforço escolar em um condomínio.

— Ele (ladrão) chega na porta e mostra que está armado. Não é possível verificar se a vítima reage, mas o criminoso, depois de abrir a porta, faz menção de puxá-la. Acreditamos que ela tenha ficado presa pelo cinto — analisa o delegado.

É nesse momento que acontecem os disparos. Testemunhas afirmam ter ouvido três tiros — a perícia comprovará quantos atingiram Paola.



Criminoso força maçaneta do Cruze (E) da vítima por 19 segundos e, depois, abre porta do carro, atira e foge a pé



Piovesani estava casado havia 11 anos com Paola

Família iria viajar para o Nordeste

— E agora, o que vou dizer para a minha filha? Na tarde de sexta-feira, antes que o velório da mulher se iniciasse, Claudécir Piovesani, 33 anos, ainda tentava explicar a situação para a filha única do casal o que havia acontecido com a mãe dela. A menina carregava, com olhar ainda confuso, um desenho que representava a própria e Paola. Fazia 11 anos que estavam casados.

— Era uma mulher trabalhadora. Uma vencedora, ela e o meu filho sempre batalharam muito juntos — contou a sogra de Paola, Ana Piovesani.

Claudécir e Paola mantinham um mercado no bairro Vista Alegre, havia seis anos. Foi justamente em outro mercado da família dele, na zona norte de Porto Alegre que os dois se conheceram anos atrás. Desde então, as vendas e o caixa se tornaram a rotina da vida dos dois.

O casal e a filha preparavam-se para uma viagem de alguns dias de férias pelo Nordeste. Embarcariam neste domingo para Natal (RN). No final da tarde de quinta-feira, Paola havia saído do mercado justamente para fazer as últimas compras para a viagem.

— Isso nos deixa com sentimento de impotência terrível. Eles podiam ter levado o carro, as sacolas, e tudo ficou. Levaram justamente o que nós tínhamos de mais precioso — lamentou.

Fazia cerca de uma semana que a família havia contratado aulas particulares para a menina.

“Era muito amorosa com a filha”, diz amiga

O Carnaval era uma paixão de Paola desde a infância, entre Alegrete, na Fronteira Oeste, e a zona norte de Porto Alegre. Naquela época, acabou se afastando do samba. Mas nos últimos anos essa relação foi retomada.

Havia pouco mais de quatro anos, Paola passou a frequentar os ensaios da Acadêmicos de Gravataí e se tornou musa da escola. No ano passado, mudou de quadra, e deu pé quente. Tornou-se rainha de bateria da escola de samba Imperatriz Dona Leopoldina, e faturou o título do último Carnaval de Porto Alegre.

Na sexta-feira, os integrantes da escola de samba prestaram homenagens a ela pelas redes sociais e no velório. A conselheira da escola Tânia Amaro lembra a educação e a humildade da rainha de bateria:

— Era muito amorosa com a filha. Estava sempre acompanhada dela e do marido. Os três iam sempre juntos para a escola, eram muito unidos. Foi uma grande perda.

O marido admite que o samba não era exatamente a sua preferência entre os hábitos da mulher, mas mesmo assim não deixava de acompanhá-la nos ensaios.

— Era o Carnaval dela e o meu futebol. Sempre nos respeitamos muito — lembra.



Sogra de vítima mostra foto de nora em seu celular

PAROBÉ

Empresário tem carro roubado e é morto a tiros

RENATO DORNELLES
renato.dornelles@diariogaucha.com.br

Um trabalho conjunto entre as delegacias da Polícia Civil de Parobé, no Vale do Paranhana, e Dois Irmãos, no Vale do Sinos, investiga o assalto com final trágico do empresário Carlos Gelingier, 50 anos, na noite de quinta-feira. Durante aproximadamente uma hora, ele esteve em poder dos criminosos, entre os dois municípios, e acabou morrendo, após ser abandonado numa estrada deserta, com um tiro no peito.

O empresário, sócio-proprietário da Terraplanagem Gelingier, foi surpreendido pelos assaltantes quando chegava em casa, às 21h15min de quinta-feira. Ele havia estacionado sua Hilux na garagem, quando quatro homens invadiram o pátio e o renderam, antes que o portão eletrônico se fechasse. Ao bando ainda se uniram outros dois, que colocaram Gelingier na caminhonete.

Por volta de 22h30min, já baleado e cambaleante, o empresário pediu socorro a um motociclista na Estrada Campo Bom, área rural de Dois Irmãos. Chegou a relatar ao socorrido o que havia ocorrido. Acionada, a Brigada Militar foi ao local, mas, quando chegou, a vítima estava morta. A caminhonete foi levada pelos assaltantes. O empresário era casado e deixava, além da mulher, duas filhas, de 21 e 24 anos.

Como o assalto começou em um município e terminou em outro, duas delegacias apuram o crime.

— Não temos dúvida de que foi um latrocínio (roubo com morte). Vamos apurar para identificar e prender os culpados — disse o delegado Rafael Sauthier, de Parobé.

— Não temos dúvida de que foi um latrocínio (roubo com morte). Vamos apurar para identificar e prender os culpados — disse o delegado Rafael Sauthier, de Parobé.

— Não temos dúvida de que foi um latrocínio (roubo com morte). Vamos apurar para identificar e prender os culpados — disse o delegado Rafael Sauthier, de Parobé.

Torres | PF do Brasil e da Austrália prendem suspeito

Trabalho conjunto das polícias federais australiana e brasileira resultou na prisão, sexta-feira, de um homem suspeito de pedofilia em Torres. Ele estava com material pornográfico infantil em computadores.

O investigado tinha 13 perfis em um site de pornografia no Exterior e compartilhava imagens de sexo envolvendo menores.

EDITORIAL

É A VELHA POLÍTICA, MAS SOB VIGILÂNCIA

O governo acerta nas reformas, mas erra feio ao chancelar atos de blindagem de aliados e ao promover um boicote silencioso à Operação Lava-Jato.

Tanto o governo federal quanto o Congresso, por lideranças da Câmara e do Senado, vêm demonstrando dificuldade de entrar em sintonia com a nação no sentido de trabalhar pela recuperação econômica e moral do país. De parte do Executivo, ao mesmo tempo em que acerta na implementação de algumas ações estruturais necessárias (congelamento de gastos, reformas da Previdência e trabalhista, liberação de contas inativas do FGTS), erra feio ao chancelar atos de blindagem de aliados e ao promover um boicote silencioso à Operação Lava-Jato, como ficou evidente na indicação do ministro da Justiça para o STF e na concessão de foro privilegiado para Moreira Franco. No Congresso, as iniciativas de autoproteção e autobenefício são escancaradas e escandalosas, como se viu na recente manobra do líder peemedebista Romero Jucá para imunizar os presidentes das duas casas legislativas contra a responsabilização por crimes praticados antes da assunção aos atuais cargos e também na tentativa de incluir parentes de políticos na lei da repatriação de recursos não declarados.

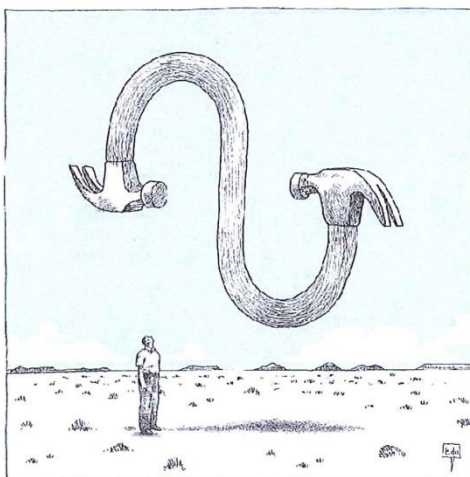
Ambas as tentativas foram bloqueadas pela reação negativa dos cidadãos, da imprensa e da oposição no próprio Congresso. O recuo indica que a população dispõe de instrumentos para fiscalizar seus representantes e para impedir que os maus políticos, estejam onde estiverem,

continuem degradando a administração pública e subtraindo a nação.

Ainda assim, é decepcionante constatar que, mesmo em meio à investigação do maior escândalo de corrupção da história do país e apesar do amplo apoio popular à Operação Lava-Jato, líderes da velha política continuam ocupando postos importantes na administração pública do país e articulando em causa própria. Como consolo, resta ao cidadão a certeza de que, numa democracia, é

ele que detém o poder maior – o de usar o seu voto para manter ou cassar aqueles que exercem cargos públicos em seu nome. E, enquanto o calendário eleitoral não permite, sempre é possível ao eleitor acompanhar atentamente as atividades políticas, manifestar concordância ou discordância em relação a governantes e parlamentares – e, principalmente, contribuir com o exercício da própria cidadania para que o país se torne mais digno, próspero e justo.

EM RESUMO
Editorial defende vigilância permanente dos cidadãos sobre seus representantes políticos e uso do voto para afastar os maus e manter aqueles que honram seus mandatos.



SE A DEMOCRACIA QUER, SÓ A BOA POLÍTICA PODE

SEBASTIÃO VENTURA
PEREIRA DA PAIXÃO JR.
Advogado
ventura@sebastiaoventura.com.br



A democracia precisa da política, mas a recíproca não é verdadeira. No curso da História, não faltam exemplos de autoritarismos, populismos e socialismos sanguinários. A busca de um governo responsável, aberto e plural é uma experiência relativamente recente na história da humanidade, sendo a chamada "democracia representativa" o modelo contemporâneo da busca de realização prática daquele ideal ateniense. Todavia, ao redor do globo, existem exemplos de povos subjugados a regimes de força, que usam o poder como um mecanismo de dominação popular, e não como um instrumento de legitimidade cívica e elevação das liberdades humanas.

Sim, a democracia não é uma promessa de perfeição; trata-se, essencialmente, de uma possibilidade de construção política pelo diálogo entre heterogêneos grupos de poder. Aqui, ao invés da hegemonia totalitária, exige-se apenas o estabelecimento de uma maioria eleitoral factível que, através de consensos mínimos, inicia um ciclo governativo temporário e limitado. Ou seja, não há poder democrático absoluto, o qual está em constante processo de fiscalização pública. Se as urnas elegem, os olhos do povo diariamente julgam.

Se liberdade, eleições e povo são fundamentais, o bom funcionamento orgânico do sistema democrático depende dos políticos. Eis o grande drama das democracias contemporâneas: a carência de homens públicos confiáveis, preparados e modelares. Ora, sem bons políticos, o voto apenas serve para escolher maus candidatos. Logo, precisamos voltar ao passado e resgatar os altos valores que norteavam o exercício digno da vida pública responsável. Enquanto a política estiver em mãos venais, a democracia seguirá sendo um negócio corrupto.

Algumas de nossas melhores personalidades dedicaram suas vidas à retomada das liberdades democráticas neste país. Embora não tenhamos o bom hábito do apreço à memória histórica, o viver tem infinitas possibilidades de recomeço. Não deixe que o tempo vá sem deixar uma contribuição duradoura. Afinal, depois do pó, só ficam as memórias. Que tal, então, fazer do hoje a oportunidade de da luz amanhã?

Grupo **RBS**

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Presidente
Eduardo Sirotsky Melzer

CEO Mídias: Claudio Toigo Filho
CEO e Bricks: Fábio Bruggioni
Diretora de Estratégia: Luciana Antonini Ribeiro

Conselho de Administração

Carlos Melzer
Guilherme Thomaz Leão Sander
Eduardo Sirotsky Melzer (Presidente)
Geraldo Coria
Jayme Sirotsky
Marcelo Sirotsky
Nelson Pinheiro Sirotsky
Pedro Sirotsky

Diretoria Executiva Mídias

Presidente-executivo:
Claudio Toigo Filho

Produto e Operações: Andriana Pettenle
Mercado: Marcelo Pinheiro
Marketing: Marcelo Leite
Editorial: Marcelo Rech
Finanças e Controladoria: Ibanor Polosso

ZH
Zerohora

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretora de Redação
Marta Gleich

Diretor de Mercado Leitor e Operações
Sidney Zamel

zerohora.com.br

SOBRE BICHOS E MONSTROS

FLÁVIO TAVARES
Jornalista e escritor



O versinho da meninice continua na memória: "As coisas boas do mundo, tu podes ter sem comprar – o sol, a lua, as estrelas, as nuvens, as ondas, o mar". Nunca soube do poeta-autor. Quando criança, só guardamos nomes dos bichos. Meu cachorrinho era Totó. Meu gato, Timochenko, pela cara idêntica à do general russo que, naqueles dias, fustigava as tropas de Hitler.

Na inocência alegre da infância, tudo vira apelido e alcunha. Ao crescer, o oportunismo e a maldade fazem da vida o oposto do que foi. Entre nós, há tempos, o horror está em cada canto. Nos esquiteiros das guerras do narcotráfico, no assalto dos marginais de rua ou no bilionário roubo mancomunado dos grandes da política e do empresariado, tudo é tétrico.

Por mais diversos que sejam eles, todos têm um detalhe comum, além do roubo: os apelidos ou alcunhas.

Na infância, a alcunha era alegria. Nas mãos do crime, tenta esconder o delito e proteger o criminoso.

Mas nenhum Zé do Bode perverso do narcotráfico, que manda matar e esquitear, tem foro privilegiado. E, assim, no fundo é menos perigoso que o Caranguejo, o Justica, o Índio ou o Botafogo, que comandaram ontem, ou comandam hoje, nosso Parlamento com essas alcunhas nas planilhas de propina das grandes empreiteiras. Eduardo Cunha ("Caranguejo") perdeu o privilégio, mas Renan Calheiros ("Justica") ou os atuais presidentes do Senado, Eunício Oliveira ("Índio"), e Rodrigo Maia ("Botafogo"), da Câmara dos Deputados, continuam protegidos da chuva de sentenças duras da Lava-Jato.

Pode o acusado escolher quem deva julgá-lo, como fez Temer com seu ministro?

Nomes, apelidos e somas recebidas constam nos arquivos da Odebrecht e outras empresas. Ali estão políticos (ou políticos?) de quase todos os partidos – salvam-se só o PSOL e a Rede.

Até os três homens-fortes do círculo íntimo do presidente Michel Temer ali estão: os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco e o líder no Senado e presidente do PMDB, Romero Jucá. Nas planilhas da corrupção, eles são "Primo", "Angará" e "Caju", respectivamente.

Senadores e deputados misturam-

se na lista, boa parte com nomes de bicho. O senador Edison Lobão, do PMDB (sem alcunha, pois já tem nome de bicho graúdo), surge como o clo corrupto que passa do governo Lula ao de Dilma, dos quais foi ministro de Minas e Energia, mandando na dadivosa Petrobras e nas gorjetas da hidrelétrica de Belo Monte. Hoje é figura-chave de Temer e preside a Comissão de Constituição e Justiça, que faz andar ou manda arquivar tudo o que passe pelo Senado.

Temer reafirma, sempre, que "simples acusação" não significa culpa nem condenação. Em nove meses, porém, cinco ministros envolvidos em corrupção já "renunciaram" e, agora, essa antecipada defesa de outros mais soa como desinteresse em ter um governo limpo de suspeitas e sem máfias.

Com "foro privilegiado", ministros e parlamentares safaram-se agora da rigidez do juiz Sérgio Moro na Lava-Jato e caíram no Supremo Tribunal. A denúncia do procurador-geral Rodrigo Janot será dura, mas o STF é flexível e lento.

De janeiro de 2001 a março de 2016, das 404 ações penais (de foro privilegiado) julgadas pelo Supremo, apenas três resultaram em condenações, comprovou agora uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Em 71 ações, os acusados saíram ilesos e 276 prescreveram ou passaram ao foro comum. Corroando tudo, a chicana de recursos adia decisões de outras 34, enquanto 20 permanecem em "segredo de Justiça".

Não se veja o STF como benigno ou brando. Mas, ao ser tribunal constitucional, seus paradigmas não são os do juiz do crime.

Agora, o próprio ministro Luís Barroso (do STF) considerou "absurdo" que parlamentares e ministros acusados de crimes praticados fora da função tenham foro privilegiado, como no caso atual.

Pode o acusado escolher quem deva julgá-lo, como fez Temer com seu ministro Angará? O STF impediu que Dilma

fizesse isto com Lula, mas, agora, tudo indica que nosso destino vai de gatos barbudos a gatos brancos, com os bichos da infância virando monstros.



IOTTI

iotti@iotti.com.br



A ARMADILHA DO COMPARTILHAMENTO

MARCELO RECH
Jornalista do Grupo RBS
marcelo.rech@gruporbs.com.br



Quando a informação sobre a presença do ministro Teori Zavascki a bordo de um King Air que cairá no mar de Paraty chegou à redação de ZH, a primeira reação foi de perplexidade, seguida da pergunta: qual a fonte da informação? A origem sempre foi um importante indicio de veracidade de um fato, por mais espantoso e surpreendente que possa aparentar, mas agora um fenômeno típico do mundo das redes sociais está virando de cabeça para baixo esse princípio básico da busca da verdade.

O compartilhamento de notícias via redes e aplicativos de mensagens caminha para se tornar o principal mecanismo de disseminação do conhecimento e de informações do planeta. E é exatamente aqui que reside um sinistro efeito colateral não vislumbrado pelos pioneiros da web.

Os difusores de mentiras e desinformações se alimentam da credibilidade de quem compartilha um conteúdo com a melhor das intenções. Afinal, quando um parente, amigo ou colega de trabalho e escola divide um conteúdo que chamou sua atenção, ele avaliza de bom grado o que é compartilhado. E, em tese, não haveria por que desconfiar do que é endossado de boa-fé por um parente ou amigo.

O problema é que os difusores de falsidades e golpes online sabem que pouca gente se preocupa com a fonte original da

notícia. Outro detalhe: para acelerar o repasse de notícias falsas, as fábricas de mentiras costumam recorrer a teorias da conspiração – sempre mais excitantes do que os banhos de água fria da verdade e dos desmentidos –, apregoando que determinada informação é ocultada do público pela ciência, por órgãos responsáveis ou pela imprensa por interesses inconfessáveis.

Foi assim, por exemplo, que o Brasil viveu um frenesi coletivo com a tal pílula do câncer, a fosfoetanolamina, cuja publicidade sobre supostos resultados milagrosos se escorava na combinação de uma teoria da conspiração (grandes laboratórios e médicos contrariados) com o desespero pela cura do câncer ao alcance da mão. A pressão das redes acelerou tanto a desinformação, que a pílula passou por cima da ciência e de órgãos médicos, chegando a ter seu uso aprovado por dois poderes da República até cair no STF.

Para deixar de ser um instrumento de repasse de informações falsas, basta desconfiar de notícias espetaculosas e adotar um cuidado simples das redações: qual é a fonte original? Uma procura na web pode ajudar nisso. Se não for um veículo profissional de reconhecida credibilidade que faz da busca da verdade o seu negócio e maior patrimônio, é bem provável que se evitara mais uma mentira ou distorção espalhada pelo mundo.



O BRASIL QUE SE LEVA A SÉRIO

PERCIVAL PUGGINA
Escritor
puggina@puggina.org



Nossa crise (alguém ainda vai inventar um nome carinhoso para ela) foi cuidadosamente providenciada. Não há país que resista à experiência pela qual o Brasil passou. Talvez nos faça bem lembrar que, durante longos anos, estivemos sob fortíssima influência de uma verdadeira frente única do insucesso. Marilena Chauí era a filósofa do governo e a economia foi para o abismo com o recetário "desenvolvimentista" (!) dos seguidores de Maria da Conceição Tavares. Traçados pelo companheiro Paulo Freire, os objetivos políticos revolucionários degradaram a educação. A diplomacia era regida pelas estratégias

náveis, porque constitucional, do impeachment de Dilma Rousseff. Contudo, de um lado, não levava jeito para o papel de S. Thomas Morus da Sétima República; de outro, o Congresso que a nação elegeu em 2014 – culpa de eleitores, do modelo institucional e dos fatos – jamais proporcionaria base para um governo de virtuosos.

Em razão desse quadro, a primeira pesquisa de opinião sobre o governo Temer, aos dois meses como substituto provisório, em julho de 2016, já o posicionava com aprovação de apenas 14%. Um mês depois, ele era vaiado na abertura dos Jogos Olímpicos. Dilma, em maio do mesmo ano, fora aprovada por apenas 13%. Ou seja, a população via o peemedebista como rescaldo da realidade política anterior ao impeachment. Mesmo assim, é fato: somente um governo que consiga combinar base parlamentar sólida com desapego à popularidade pode adotar as duras medidas que vêm sendo adotadas e a realidade exige. Sem elas, o país não sai da vala da recessão e da insolvência em que foi jogado como

Se advier um novo período de instabilidade, a degradação social acabará venezuelizando o país

bananeiras e bolivianas de Marco Aurélio Garcia. O pensamento político usava os neurônios marxistas de Emir Sader. As referências comerciais eram dadas por Eike Batista e Marcelo Odebrecht. A mobilização social corria por conta das falanges de João Pedro Stédile. Enquanto parcela significativa dos partidos da base, em organização criminosa, saqueava o Estado, Leonardo Boff encenava a direção espiritual e Luiz Inácio Lula da Silva, *primus inter pares*, regia o elenco. Falta muita gente na lista, mas basta. Disso tudo nos livramos.

Interpelou-me um leitor: "Não fui à rua pelo impeachment para ver Temer dando cobertura à quadrilha que governava o país". Ele estava profundamente contrariado pelo tipo de relação que o presidente mantém com gente cujo prontuário não estimula a presunção de inocência nem recomenda absolvição coletiva. Respondi: "Nem eu. Não conheço quem tenha feito daquela mobilização uma espécie de campanha tipo Temer já ou Temer lá". O vice-presidente era o beneficiário incontest-

peso morto enquanto Lula o segurava pelas mãos e Dilma pelos pés, durante a obra ruínosa que conduziram.

Estão presentes, na realidade brasileira, fatores de risco que inibem o desenvolvimento econômico e põem na perspectiva o agravamento da crise política. Se advier um novo período de instabilidade, a degradação social acabará venezuelizando o país. O Brasil que se leva a sério não negocia valores morais e apoia a Lava-Jato, operação indispensável à recuperação da dignidade nacional e à punição de todos os culpados; percebe e denuncia acumplicios que clamam por explicações à polícia, ao Ministério Público e às cortes. No próximo dia 26 de março, esse Brasil gritará – "Não ousem preparar ou palmilhar os caminhos da impunidade!". Mas,

ao mesmo tempo, firma os pés no chão dos fatos e sabe quanto os próximos dois anos são decisivos para milhões de famílias que padecem o desemprego. Por isso, não assume os riscos de uma nova crise institucional.



DOIS TIPOS DE GÊNIO

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.
Economista
paulonbjr@hotmail.com
@paulonbjr



A figura do gênio, do talento extremado, admite variações. Mas um tipo concentra a atenção a ponto de ofuscar os demais: o gênio conturbado e sofrido – que poderíamos chamar de "gênio romântico".

Wagner, por exemplo. Toda a sua obra foi construída no modo agônico, em meio a angústias e incertezas. A sua correspondência revela um homem torturado por dúvidas quanto ao seu valor como músico, como artista. Mesmo depois de *Lohengrin*; mesmo depois de *Tristão e Isolda*; mesmo depois de *Os Mestres Cantores de Nuremberg*. Nesse tipo de artista, a obra se realiza como autossuperação. E a beleza como que pressupõe o sofrimento.

O romantismo marca profundamente nossa cultura ocidental

Numa chave menor, mais discreta, menos tumultuada, temos Tchekhov, que escreveu um dia a seguinte frase marcante, profundamente autobiográfica: "A insatisfação consigo mesmo é a fonte de todo verdadeiro talento". Poderia ter escrito talvez: "De todo talento construído, penosamente construído, à custa de sacrifícios". Toda a sua vida foi uma luta para abrir espaço para a prática da escrita.

Entendido como valorização ou até glorificação do sofrimento, o romantismo marca profundamente nossa cultura ocidental, desde suas raízes cristãs. É marca de tal maneira, que podemos perder de vista que o gênio romântico não é o único, que há outro tipo de gênio, oposto ao romântico, mais natural, talvez mais saudável, mais ligado às raí-

zes da vida. Refiro-me ao que poderíamos chamar de gênio clássico ou iluminista.

Mozart talvez seja o exemplo mais notável. Nele, desde a infância profunda, a musicalidade parecia fluir naturalmente, sem sobressaltos, contorções ou angústias. Um músico iluminado, desde o início.

Um episódio ficou na minha lembrança. Quando se preparava a estreia de *Don Giovanni*, em Praga, o tenor escalado para o papel de Don Ottavio não dava conta da ária "Il mio tesoro intanto". Faltavam um ou dois dias, e Mozart se recusava a simplificá-la. Como se resolveu o impasse? Mozart compôs outra, mais simples, igualmente maravilhosa: "Dalla sua pace". As duas árias estão incorporadas à versão final de *Don Giovanni*, a que é apresentada até hoje em todo o mundo.

Veja, leitor, como é imprópria a frase de Tchekhov, como ela empalidece quando referida a Mozart – um artista nato, que quando criança ou adolescente deixava transparecer em suas composições uma compreensão de sentimentos e situações que uma pessoa naquela idade não poderia ter vivenciado ou sofrido. Compunha, por assim dizer, por presságios, pressentia vivências que só mais tarde poderia viver.

Superioridade do gênio clássico? Pode ser. E, no entanto, o romantismo ressoa dentro de nós, e a sua atração persiste e sobrevive à análise e à crítica. Como escreveu Fernando Pessoa, no *Livro do Desassossego*: "A maior acusação ao romantismo não se fez ainda: é a de que ele representa a verdade interior da natureza humana. Os seus exageros, os seus ridículos, os seus poderes vários de comover e de seduzir, residem em que ele é a figuração exterior do que há mais dentro na alma".

O romantismo marca de forma profunda nossa cultura ocidental.



O colunista é vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, sediado em Xangai, mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal.

OPINIÃO

opiniao@correiodopovo.com.br

EDITORIAL

Furto revoltante

O arrombamento de uma instituição que atende crianças carentes na zona Sul de Porto Alegre é um fato que atenta contra a dignidade e os direitos desses infantes em formação, além de se constituir numa afronta a toda a sociedade. Por conta desse furto na entidade assistencial Aldeia da Fraternidade, cerca de 150 alunos correm o risco de ficar sem aulas de música a partir de março. Foram subtraídos da instituição dez violinos, sete teclados, dois violões, um piano eletrônico, quatro pandeiros, mesa de som e caixas de som. A delegada responsável pela investigação, Aneura Hoepfel, titular da 6ª Delegacia de Polícia, solicita que os moradores da região colaborem com a Polícia no caso de obterem alguma informação, notadamente sobre o comércio ilegal dos objetos furtados pelos delinquentes.

Esse tipo de ocorrência tem se tornado comum na Capital e no Interior e tem o condão de demonstrar que a situação de vulnerabilidade social de segmentos carentes pode piorar. Afinal, numa conjuntura de dificuldades, investir na infância e na formação cultural e educacional dos adolescentes é um caminho para melhorar suas perspectivas de futuro. Entretanto, a cada vez que uma entidade é arrombada, a cada vez que uma escola é invadida e saqueada, isso só serve para deteriorar o tecido social, diminuindo as possibilidades de que alunos e jovens possam receber oportunidades valiosas.

Diante desses acontecimentos, resta esperar que as autoridades possam chegar aos autores dos delitos, punindo-os e rechaçando um sentimento de impunidade. Não é demais esperar também que as comunidades possam se unir para encontrar meios de repor o material afanado e, assim, impedir que os criminosos tenham êxito em sua sanha impunista, mostrando que a vontade coletiva de viver melhor é maior que as emulações desprezíveis de alguns vândalos. Não se pode deixar que a esperança também seja furtada.

Lei de Gerson

Tirar vantagem em tudo, é o imperativo. Mesmo à custa de danos a terceiros. Ganhar sempre no trânsito, em negócios escusos, na profissão, nas relações interpessoais... Justificativa de muitos: se aqueles a quem delegamos o poder de nos representar se beneficiam com ações duvidosas, porque não podemos usar os mesmos meios? A banalização dessa ideia está criando uma nova e perniciosa realidade. Valores como respeito, honestidade, justiça, cidadania e outros, são abandonados e criticados. O perigo reside em nos nortearmos pela conduta dos corruptos para obtermos algum ganho. A grande tristeza é a omissão das famílias na formação de cidadãos dignos. É comum constatar atitudes errôneas de pais que, para proteger e preparar seus filhos para a vida, acabam invertendo valores. Reverter isso é uma tarefa difícil, mas não impossível. Se olharmos para o futuro e vermos as consequências trágicas do quadro atual, teremos coragem para promover mudanças benéficas. Vale a pena!

Terezinha A. Isala, Porto Alegre

CHARGE

Tacho



Afronta

Acinte, falta de vergonha e afronta à memória do ministro Teori Zavascki a nomeação deste senhor para ocupar sua vaga.

Antonio R. V. Santos, Tramandaí

Correios

A leitora Delma Quesada (CP, 10/2) critica os serviços dos Correios. A eficiente instituição não tem carteiro com poder de addivinção para encontrar rua sem nome e casa sem número. Todos

os serviços da instituição são de excelente qualidade.

José L. T. da Silva, Passo Fundo

Resposta EPTC

Em relação à reclamação (CP, 9/2) sobre o atendimento da Linha 216-Restinga/Glória, a EPTC irá intensificar o monitoramento para qualificar o serviço. Uma reunião será realizada com a empresa prestadora do serviço para os devidos ajustes no cumprimento das viagens.

Assessoria de Comunicação, EPTC



Sua pele merece atenção.

Examine regularmente sua pele e procure um dermatologista caso perceba pintas ou sinais suspeitos.



JUREMIR MACHADO DA SILVA
juremir@correiodopovo.com.br

A política como arte de enganar

dente do STF, ministra Cármen Lúcia. Diante da gritaria da sociedade, Cármen Lúcia aceitou o intragável Moraes, direito do governo para o cargo de juiz do governo. Ponto para Temer, o raposão. Os entendidos sorriem e dizem a frase que mais amam: "Isso se chama política".

Isso se chama política como a arte de enganar. Se o PMDB fosse um partido suco teria de apresentar a sua Ponte para o Futuro ao eleitor e esperar o seu voto para aplicá-lo. Sartori teria detalhado seu projeto privatista para aprovação ou rejeição do eleitorado. A raposice peemedebista vai produzir seus resultados: privatizações, reformas previdenciária e trabalhista, demissões de funcionários, descumprimento de contratos assumidos com concursados. De quebra, aumentará o descrédito em relação aos políticos. O PMDB não se importa com isso. Sabe que a sua base de apoio gosta disso. As raposas velhas coçam os bigodes e cochicham: "Política no Brasil sempre foi e sempre será assim. Não somos e não seremos a Suécia".

Quando José Bonifácio, o Moço, morreu, em plena campanha abolicionista, os defensores do fim da escravidão transformaram o seu funeral num comício, um meeting como então se dizia. D. Pedro II amarelou e não mandou representante ao velório do senador. A oposição achava de muito mau gosto misturar política com morte de um ente querido. Os abolicionistas pensavam o contrário. Faziam isso a cada vez,

depois do assassinato do militante Apuleio de Castro e até no funeral da mãe de José de Patrocínio. Os escravistas sustentavam que a preservação da lei e da ordem era mais importante e que protestos não poderiam ferir a liberdade de ir e vir dos cidadãos de bem.

A estética política do conservadorismo é bastante seletiva. É fácil encontrar na mídia textos de articulistas famosos relativizando os comentários dos médicos que desejaram a morte da mulher do ex-presidente Lula. Onde esses assuntos se encontram? Em nossa incapacidade de pensar situações. Se os programas de Temer e de Sartori tivessem passado nas urnas muitas das críticas a eles estariam prejudicadas. Quanto maior o número de votos, maior a legitimação. Um dos problemas de Donald Trump é de ter quase três milhões de votos a menos do que Hillary Clinton. O outro problema dele é querer governar contra os freios institucionais da democracia.

O PMDB no poder namora com essa estratégia. Formou-se um acordo para dar sustentação a Temer até 2018. Esse acordo de bastidores envolve Senado, Câmara de Deputados e STF. Até o rigoroso juiz Sérgio Moro defendeu Michel Temer de uma suposta tentativa de constrangimento e intimidação da parte de Eduardo Cunha. Em outros tempos, com outros personagens, seria uma denúncia a investigar. Raposas não usam cachecol. Disfarçam-se com o próprio pelo. Se uma delas diz vou, não vai, se diz que não vai, já foi. Se correr...

O tempo

Carrego meus fantasmas
Dentro de um armário
Entalhado no peito
Eu sou o que tenho feito
Apesar do grande defeito,
De sonhar mais que o passado,
Que vos sem fazer cálculos,
Eu sou eu e os meus cacos
Uma caneca de louca sem asa
Uma latinha de pastilhas
Fotos de minhas filhas
Lembranças feitas ilhas
De um futuro no passado,
O presente encaixado,
Lobo depois das trilhas,
O olhar depois das chuvas.

CORREIO DO POVO
FUNDADO EM 15 DE OUTUBRO DE 1995
EMPRESA JORNALÍSTICA CALAIS JUNIOR

PRESIDENTE: **Reinaldo Gilli** | presidente@correiodopovo.com.br

DIRETOR EXECUTIVO: **Cleber Nascimento Dias** | cnascimento@correiodopovo.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: **Telmo Ricardo Borges Flor** | telmo@correiodopovo.com.br

DIRETOR COMERCIAL: **Joko Müller** | jmueller@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Fone (51) 3216-1600
atendimento@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO PRESENCIAL
Rua dos Afogados, 354
Fone (51) 3216-1616
atendimento@correiodopovo.com.br

REDAÇÃO
Rua Cidreira, 213 - Porto Alegre, RS
CEP 91070-001 | Fone (51) 3215-1111

FILADO
Associação dos Jornalistas do Rio Grande do Sul
ANJ - 2002

COMERCIAL
Atendimento às Agências
Fone (51) 3215-1699

Teleatendimento
Fone (51) 3216-1616
atendimento@correiodopovo.com.br

OPCC
Obrigações Fiscais
Fone (51) 3215-6131, ramal 6177 e 6173

GERÊNCIA DE MERCADO LEITOR
Percy Rhyssman
ryrhyssman@correiodopovo.com.br

ASSINATURA
Fone (51) 3216-1606
assinatura@correiodopovo.com.br

	RS / P.R.	Capitais
Plano	R\$ 58,00	R\$ 29,93
Trimestral	R\$ 393,40	R\$ 179,40
Anual	R\$ 706,80	R\$ 358,80

VENDA AVULSA
RS: De segunda-feira a domingo, R\$ 2,00;
SC e PR: De segunda-feira a domingo, R\$ 2,50;
Demais Estados: De segunda-feira a domingo, R\$ 3,00; mais frete.

Os artigos publicados com assinatura nesta página não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Podem ser enviadas cartas e e-mail opiniao@correiodopovo.com.br. As cartas para o Correio do Leitor, com assinatura, endereço, número da identificação e telefone em contato para confirmação deverão ser enviadas para a Diretoria de Redação do Correio do Povo, na rua Calais Junior, 213, CEP 90019-900, ou pelo e-mail diaretor@correiodopovo.com.br. Por razões de clareza do estilo, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

VENDA DE ESTATAIS EM CONTRAPARTIDA

Padilha nega pressão sobre o Estado

Ministro da Casa Civil afirmou ontem que o Estado negociará com bancos se quiser um empréstimo

O ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), afirmou ontem que o governo federal não exigirá nenhuma contrapartida dos estados brasileiros que desejarem aderir ao Plano de Recuperação Fiscal da União, entre os quais está o Rio Grande do Sul. Durante visita de cortesia do ministro à direção do Grupo Record RS, o ministro também disse que a União pretende entregar a matéria ao Congresso antes do feriado de Carnaval.

“A União não fez, nem fará qualquer exigência. Quem tem que saber isso são os estados.



Ministro Padilha (penúltimo à dir.) foi recebido pela direção do Grupo Record

Dependerá de quanto de financiamento querem tomar”, comentou Padilha. O ministro chefe da Casa Civil foi recebido pelo presidente do Grupo Record RS, Reinaldo Gili, pelo diretor-presidente do Correio do Povo, Sidney Costa, e pelo diretor da Rádio

Guaíba, Luciano Araújo.

Eliseu Padilha explicou que a contrapartida será um compromisso dos estados com o banco no qual eles tomarem o financiamento. “Isso ocorrerá para que a União seja o avalista da operação. Os agentes financeiros te-

rão como garantia o Fundo de Participação dos Estados. Não existe um avalista mais seguro”, definiu.

Padilha revelou que a contrapartida (patrimônio estadual) será uma fiança para o pagamento do empréstimo – que poderá ser obtido com bancos públicos e privados nacionais ou internacionais – e quem executará os bens contratados como contrapartida, no caso da falta de pagamento, será a própria instituição bancária.

Ao explicar a estrutura do Plano de Recuperação Fiscal, o ministro admitiu que ressoa, em Brasília, a polêmica estabelecida nos últimos dias no Rio Grande do Sul sobre um eventual interesse pela privatização do Banrisul. “Não há nenhum interesse da União no Banrisul”, afirmou.

A discussão sobre o tema ganhou amplitude depois que técnicos do Ministério da Fazenda es-

tiveram em Porto Alegre para analisar as finanças gaúchas e, em conjunto com representantes da Secretaria da Fazenda, apontaram que os projetos já enviados para a Assembleia e que eventualmente seriam utilizados como contrapartida alcançariam cerca de R\$ 3 bilhões em financiamento. O Piratini sinalizou, com sua PEC 259, encaminhada no ano passado à Assembleia Legislativa, que deseja vender para a iniciativa privada a CEEE, Sulgás e CRM.

Segundo o ministro, a proposta do plano está em etapa final de redação e o texto deverá estar pronto para ser encaminhado ao Legislativo em cerca de uma semana. “Quem trata do mérito desta matéria é a Fazenda (Ministério). Mas é habitual que o texto também seja analisado pelo Ministério do Planejamento e pela Casa Civil antes de ser enviado para o Congresso”, explicou Eliseu Padilha.

Fiesp reclama e conteúdo local volta

Em sua visita ao Correio do Povo, o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que o governo federal pretende encontrar um termo médio para a gestão do conteúdo local exigido, até o ano passado, nas obras da indústria brasileira de petróleo e gás. Nesta semana, estudo da Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp apontou que a mudança das regras de conteúdo local para um índice global único na exploração e

produção de óleo e gás, adotadas pelo governo de Michel Temer (PMDB), reduziria a produção, o número de empregos e a arrecadação gerada pela indústria nacional de bens e serviços.

“Pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, o conteúdo local é zero. A Petrobras quer é ir ao mercado”, revelou Padilha. Conforme ele, o governo federal reuniu, na última quarta-feira, o ministro de Indústria e Comércio, Marcos Pereira, e o ministro

de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para discutir o assunto. “Não será os 40% anteriores (de conteúdo local), nem o zero que a Petrobras gostaria. Será um meio termo, para que a indústria nacional seja competitiva e valorizada de novo”, garantiu o ministro.

Eliseu Padilha afirmou ainda que uma nova reunião ocorrerá na próxima semana, quando o governo deverá bater o martelo sobre o tema.



MARCELO CAMARGO / AG. BRASIL / FCP

“Avisei o presidente. Ele entendeu, era questão ética”, disse Carlos Velloso

LAVA JATO

Fachin libera denúncia contra Raupp

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, liberou uma denúncia contra o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) para que seja julgada pela Segunda Turma da Corte, colegiado em que são apreciados os processos relacionados à Operação Lava Jato.

A Segunda Turma, composta

também pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello, deve agora decidir se torna o senador réu, aceitando ou não a denúncia. A data do julgamento deve ser marcada em breve.

A denúncia foi apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em setem-

bro de 2016. Nela, Raupp é acusado de ter recebido R\$ 500 mil em propina da construtora Queiroz Galvão, em 2010. O dinheiro teria sido entregue por meio de doação eleitoral ao diretório do PMDB em Rondônia. O repasse teria sido intermediado pelo então diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

direto ao ponto

Fachin arquiva ação contra Lindbergh

■ O inquérito instaurado contra o senador Lindbergh Farias (PT), no âmbito da Operação Lava Jato, foi arquivado por determinação do ministro Edson Fachin (STF). A Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal já haviam se manifestado pelo arquivamento do inquérito. Não foram encontradas provas de que o petista tenha cometido crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Collor tem processo suspenso pelo STF

■ O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, decidiu arquivar um dos inquéritos contra o senador Fernando Collor (PTC-AL) no âmbito da operação. Neste inquérito, Collor era suspeito de receber vantagens da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras em Salvador. O senador foi citado na delação do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

MPF pede suspensão de benefício a Costa

■ O Ministério Público Federal pediu ao juiz Sérgio Moro que suspenda os benefícios do acordo de delação premiada concedidos ao ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. O MPF diz que Costa tentou ocultar provas e obstruir investigações sobre desvios de recursos da Petrobras. Depoimentos que Costa e suas filhas contradizem declarações prestadas durante interrogatórios.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Velloso recusa convite

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso recusou ontem convite feito pelo presidente Michel Temer para assumir o cargo de ministro da Justiça.

Em nota divulgada à imprensa, Velloso disse que compromissos pessoais com seus clientes impediram que ele aceitasse o cargo. Desde 2006, quando se aposentou no STF, o ex-magistrado mantém escritório de advocacia em Brasília. “Avisei o presidente. Ele entendeu, era questão ética. Tenho compromissos a honrar e consultei a todos, mas não pude deixá-los.”

“São contratos que eu tenho que manter. A menos que o contratante tivesse disposto a aceitar a minha saída. Não foi o caso”, ressaltou.

Em nota, Velloso disse que vai continuar à disposição de Temer para ajudar de outras formas. “Continuarei à disposição do presidente Temer, amigo de cerca de 40 anos, para auxiliá-lo de outra forma, na missão que o destino conferiu ao consagrado constitucionalista de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento econômico”, diz a nota.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PT fará alerta à população

O presidente nacional do PT, Rui Falcão, afirmou ontem que a sigla irá fazer campanha nacional contra a reforma da Previdência. Segundo ele, a legenda está mapeando regiões do País onde os deputados possuem mais votos para “pressioná-los”

a não aprovar a medida do governo Michel Temer. “A reforma, além de prejudicar a população, afeta gravemente as mulheres pela equiparação do limite de idade e redução da possibilidade de pensão. É discriminação odiosa contra as mulheres”, disse.

POLÍTICA

DEBATE NO SUPREMO

Relator da Lava Jato critica foro privilegiado

'A prerrogativa é incompatível com princípio republicano', afirma o ministro Edson Fachin, do STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato na Corte, disse ontem que o foro privilegiado é "incompatível com o princípio republicano". "A questão do chamado foro privilegiado, que na verdade é um foro por prerrogativa de função, tem aberto um debate no Brasil sobre a coerência do que se tem entendido e praticado com o princípio republicano que está na Constituição. Eu, já de muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado, por entendê-lo incompatível com o princípio republicano, que é o programa normativo que está na base da Constituição brasileira", disse Fachin.



Fachin quer discutir se a mudança será feita no Congresso ou pelo Supremo

O ministro disse que o STF precisa avaliar se eventual redução da abrangência do foro privilegiado pode ser feita por meio de nova interpretação da Corte sobre a Constituição ou se depende de PEC aprovada no Congresso. "A questão que se coloca, todavia, é saber se essa alteração pode ser feita por mudança de interpretação constitucional ou se demanda, da parte do Poder Legislativo, alteração própria do Poder Legislativo."

Fachin destacou, no entanto,

que o STF deve debater em breve se a prerrogativa de foro vale também para atos ilícitos praticados antes do exercício do cargo. "Este é o debate que o Supremo vai enfrentar para saber se há espaço para interpretação, como, por exemplo, a proposta feita no sentido de que o foro compreenderia apenas os eventuais ilícitos praticados no exercício da função e não abrangeria os ilícitos praticados anteriormente", disse o ministro.

MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

Maia acerta com STF tramitação de projeto

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), e o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux conversaram ontem e chegaram a acordo sobre as dez medidas contra a corrupção apresentadas pelo Ministério Público Federal. Maia afirmou a Fux que a Secretaria-Geral da Casa vai conferir os mais de dois milhões de assinaturas de apoio à proposta de iniciativa popular e eles acertaram que, após, o projeto poderá ser enviado ao Senado para seguir com a tramitação. Um dos pontos levantados

por Fux em sua decisão liminar de dezembro é que, além de os deputados terem feito alterações profundas no projeto, eles não poderiam ter se apropriado de projeto de iniciativa popular.

Na época, a Câmara afirmou que esse sempre foi o tratamento dado para projetos dessa natureza, inclusive para a Lei da Ficha Limpa, já que a Casa não teria estrutura para checar cada uma das assinaturas. Para resolver o impasse, porém, Maia vai mobilizar a equipe da Câmara para realizar a validação desses apoiantes.

INSTITUTOS FHC, ITAMAR E SARNEY

Moro veda acesso a doações

O juiz Sérgio Moro negou ontem o pedido da defesa do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, para solicitar às próprias entidades e à Receita Federal a relação de todas as empresas que doaram para os institutos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Itamar Franco (morto em 2011) e José Sarney (PMDB).

Para o magistrado, "a solicitação junto à Receita implicaria a quebra do sigilo fiscal das funda-

ções ou institutos em questão sem indícios de seu envolvimento em ilícitos". O magistrado, contudo, apontou que a defesa de Okamoto pode solicitar as informações sobre as doações diretamente para os institutos, sem a determinação do juiz.

"Caberá às entidades em questão atender ou não ao requerimento da defesa acerca desses dados", seguiu Moro ressaltando que "a intimação judicial não seria apropriada".



Curta o Correio no Facebook
fb.com/correiodopovo

CORREIO DO POVO
O Jornal que vai direto ao ponto.

Padilha: Planalto não exigirá contrapartidas dos estados

A declaração do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, em conversa com jornalistas do **Correio do Povo** e da Rádio Gaúcha, de que o Palácio do Planalto não exigirá nenhuma espécie de contrapartida dos estados que aderirem ao Plano de Recuperação Fiscal, fragiliza a estratégia política do Piratini para tentar aprovar a PEC que acaba com a obrigatoriedade de plebiscito para alterações envolvendo a CEE, CRM e Sullgás. Segundo Padilha, o governo federal faz exigências visando ao ajuste fiscal, como congelamento de reajustes e criação de previdência complementar, mas não haverá negociação alguma do Planalto envolvendo privatizações de estatais. Padilha destacou que as contrapartidas serão negociadas pelos estados diretamente com os bancos. "Os financiamentos que os estados irão buscar junto a agentes financeiros envolvem uma relação entre as duas partes. Quem irá definir os bens que serão colocados em garantia serão os estados. Essa decisão é de autonomia dos estados. Poderia ser uma interrelação indevida exigir bens A, B ou C", disse, descartando interferência do Palácio do Planalto nas transações. Desde que se intensificaram as negociações sobre o Plano de Recuperação Fiscal, o governo gaúcho passou a vincular a necessidade de aprovação de projetos do pacote, prioritariamente a PEC do plebiscito, para viabilizar a adesão do Estado ao Plano de Recuperação Fiscal.

Em busca de dois secretários

Dois secretarias do governo Nelson Marchezan Júnior ainda estão sem titulares: a de Sustentabilidade e a da Transparência. Nomes estão sendo mapeados, mas há dificuldade em encontrar o perfil desejado pelo tucano. Para a Transparência, a intenção é que a escolha recaia sobre nome oriundo do Ministério Público ou do Tribunal de Contas.



TALINE OPPITZ
taline@correiodopovo.com.br

Parode assume na próxima semana

O ex-presidente do Instituto de Previdência do Estado José Alfredo Parode assumirá a secretaria de Gestão e Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre na próxima semana, entre os dias 23 e 24. Auditor-fiscal da Receita Estadual, Parode se aposentou na semana passada e tirou período de descanso de cerca de dez dias, antes de assumir o novo cargo. A secretaria está sob o comando interino do vice-prefeito Gustavo Paim.

Quatro no páreo

Quatro prefeitos progressistas reeleitos em 2016 estão na disputa pela indicação do PP para assumir a presidência da Famurs. A definição precisa ser tomada pelo partido até maio. Está no páreo Cassio Nunes Soares, de Pantano Grande, Frederico Arcari Becker, de Bom Jesus, Salmão Dias de Oliveira, de Rio dos Índios, e Guilherme Pasin, de Bento Gonçalves.

Eleição virtual

Em reunião da Associação de Prefeitos e Vices do PP, nesta semana, foi definido que a escolha para a presidência da Famurs será por meio do voto dos gestores municipais progressistas, em eleição virtual. A votação irá ocorrer durante a última semana de abril. Na reunião, o presidente estadual do PP, Celso Bernardi, oficializou que a senadora Ana Amélia Lemos concorrerá à reeleição em 2018, e que, portanto, o partido terá de discutir alternativa ao Piratini.



O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, entregou ontem 352 apertamentos do programa Minha Casa Minha Vida na Restinga, extremo-sul de Porto Alegre. Do total dos beneficiados pelas unidades que têm 37,20 metros quadrados, 253, ou 78%, têm mulheres como chefes de família. Entre os contemplados, 47,33% relataram que pagam aluguel, 40,22% possuem renda entre um e dois salários mínimos e 78,41% disseram que dependem do transporte público para locomoção diária.

APARTES

■ A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) está mobilizada pela criação de um Conselho Nacional dos tribunais. Já há propostas de emenda à Constituição tramitando no Congresso, mas a Atricon defende o aperfeiçoamento dos textos. Segundo o conselheiro César Miala, que nesta semana participou de reunião que tratou do tema em Belo Horizonte, a entidade defende um colegiado plural, não corporativo, independente, com representação dos órgãos de fiscalização, de outras instituições e da sociedade.

■ Tarsila Crusius, filha da ex-governadora Yeda Crusius, aceitou o convite do ministro de Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, e irá atuar na recém criada Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano.



PMs em mobilização

PAULO ROBERTO TAVARES

Ainda descontentes com o parcelamento dos salários, policiais militares ameaçam realizar protestos no Estado caso o governo encaminhe projetos polêmicos à Assembleia Legislativa

A movimentação dos policiais militares do Espírito Santo e do Rio de Janeiro deixou em alerta os PMs gaúchos. Nos dois estados ocorreu e ainda acontece aquartelamentos, com familiares trancando as entradas dos quartéis. No Rio Grande do Sul a situação difere um pouco, mas se mantém a mobilização. Entidades de classe estão em negociação com o governo do Estado para que projetos polêmicos e tidos como prejudiciais à categoria não sejam enviados à Assembleia Legislativa. Se o governador José Ivo Sartori resolver encaminhar as propostas, a possibilidade de acontecer protestos é tida como praticamente certa. O secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer, pensa diferente. Segundo ele, "a situação do Espírito Santo é totalmente diferente da vivida pelos PMs no RS", comentou o secretário. "Lá, os policiais não recebem reajustes há mais de quatro anos".

No próximo dia 8, a Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar (ASSTBM) fará reunião no interior do Estado. O motivo, de acordo com o presidente da entidade, Aparício Santellano, é discutir o plano do governo. Dependendo do que o Executivo estadual fizer, acentuou Santellano, a categoria irá reagir. "Estamos em alerta", acentuou. "Principalmente depois do Carnaval, que é quando os projetos devem ser enviados à Assembleia Legislativa".

A revolta na caserna se deve a projetos que cortam direitos adquiridos, além de aumentar o tempo de serviço dos poli-

ciais militares, em especial das mulheres. Segundo Santellano, a classe está sendo apontada como culpada de todos os males do Estado. "Nós (brigadianos) somos servidores estaduais como qualquer outro", afirmou o presidente da ASSTBM. "Não devemos ser bodes expiatórios das mazelas do Estado", disse Santellano.

Segundo o sindicalista, o clima na caserna está ficando cada dia mais tenso. Muitos associados estão a favor de um motim, com fechamento das entradas dos quartéis. Santellano citou o exemplo do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, onde os policiais militares de aquartelaram, gerando uma onda de medo nas cidades. "Foi o caos, principalmente em Vitória, no Espírito Santo", comentou o líder sindical. "O governo tem que parar com essa ideia de pagar para ver, pois muitos brigadianos estão a favor de paralisação".

Segundo o presidente da ASSTBM, a movimentação, se ocorrer, poderá ser aos moldes do que ocorreu em 2015. Na época, recordou Santellano, houve uma ideia de um grupo de que as mulheres dos policiais militares poderiam trancar as saídas das unidades. Segundo ele, o ato durou quase uma semana e deixou a cidade assustada. "Se o governo confirmar o envio dos projetos, como está ameaçando, pode ocorrer um movimento como aquele", disse Santellano. "E, desta vez, mais organizado do que aquele de dois anos atrás, afinal fomos pioneiros nesse tipo de protesto", comentou o presidente da entidade.

A movimentação dos policiais militares do Espírito Santo e do Rio de Janeiro deixou em alerta os PMs gaúchos

O CASO DE 2015

Em 1º de setembro de 2015 mulheres e parentes de brigadianos se reuniram e se posicionaram em frente aos prédios dos batalhões, tanto em Porto Alegre quanto no Interior. Além disso, elas, juntamente com integrantes das entidades de classe, se reuniram em frente ao Palácio Piratini. No local, foi colocado um chapéu para pedir colaboração da população que passava pelo local. No Interior, a Associação dos Policiais Militares (APM) promoveu passeata em algumas cidades, para mostrar o difícil momento pelo qual os brigadianos e suas famílias passavam.

Na época, muitos comandantes de unidades forçaram a tropa a ir às ruas usando saídas alternativas. Foi o caso do 15º BPM, de Canoas. Os soldados tiveram que caminhar por um matagal situado nos fundos do quartel para tomarem um veículo da BM, que os levou para fazer o policiamento ostensivo. Em Canoas, as mulheres dos praças fizeram um cordão ao redor dos maridos, que estavam em forma para irem para o patrulhamento, não os deixando sair do quartel. Um dos soldados não resistiu e acabou chorando.

PREOCUPAÇÃO

Leonel Lucas, presidente da associação que representa os integrantes de nível médio da Brigada Militar, Abamf, se diz muito preocupado com o que tem visto nos últimos dias nas ruas. Muros pintados com frases de incentivo a um motim começaram a aparecer na Capital. “A preocupação é fora do quartel”, ressaltou Lucas. “É com quem não conhecemos e não sabemos o que pretende realmente, pois não aparece nenhuma liderança”, afirmou o presidente da Abamf.

Um motim no atual momento não é aconselhável, segundo o sindicalista. Lucas ressaltou que o governo Sartori tem alguns projetos que tiram os direitos conquistados dos policiais militares, como, por exemplo, o aumento do tempo de serviço, além de não permitir mais o averbamento da licença-prêmio, tornando obrigatório fazer algum curso no período da licença. “Querem que o brigadiano vá estudar”, disse. “Quem vai pagar pelo curso?”

Após tomar conhecimento do projeto, segundo Lucas, o efetivo da BM — em especial os praças — ficou revoltado. O presidente da Abamf ressaltou que desde o ano passado a situação está perigosa. No final de 2016, os policiais militares já queriam realizar assembleia. A proposta era cruzar os braços, como ocorreu no Espírito Santo e no Rio. “A BM atualmente é um caldeirão”, comparou Lucas. “A qualquer momento pode ferver e transbordar”, disse Lucas, afirmando já estar recebendo muitas mensagens, por e-mail e WhatsApp, de PMs que querem a paralisação das atividades imediatamente.

Até o momento, contou o líder sindical, estão em andamento negociações com o comando-geral da BM e com o secretário de Segurança Pública, Cezar Schirmer. A reivindicação maior é que os projetos não sejam apresentados à Assembleia para votação. “Estamos tendo um bom diálogo com as autoridades. Mas, se o governo insistir em apresentar esses dois projetos, entre outros, não sei o que pode ocorrer”, afirmou Lucas. “Se é que a paralisação não sai antes. Está ficando difícil contornar a situação”.

O maior problema é o parcelamento dos salários, inclusive do 13º, que será pago em 12 vezes. Familiares de brigadianos reclamam da situação de penúria a que foi jogado o efetivo dos praças da corporação. Muitos estão devendo até o aluguel ou não estão podendo manter mensalidades das escolas dos filhos, além de outras dificuldades. Os familiares como

um todo reivindicam um plano de carreira para os praças. Segundo eles, há 10 anos há uma estagnação neste sentido. A ameaça dos familiares é que se o governo não cumprir suas obrigações, os quartéis terão as saídas bloqueadas, como ocorreu em 2015”.

O coordenador-geral da Associação dos Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul (Abergs), Ubirajara Pereira Ramos, disse que a entidade, no caso de paralisação dos brigadianos, seria solidária. No entanto, segundo Ramos, os bombeiros não teriam como participar mais ativamente. O motivo: falta de efetivo. Entre dezembro e janeiro, foram fechados 23 quartéis no Rio Grande do Sul. “O déficit de efetivo é grande”, acentuou Ramos. “Em princípio, não temos nenhuma articulação no sentido de trancar os quartéis”, comentou. Segundo Ramos, algumas unidades estão abrindo um dia sim, outro não. Muitos quartéis, inclusive, estão fechando à noite, reabrindo apenas na manhã seguinte. Um dos casos emblemáticos foi o de Uruguiana, quando ocorreu um incêndio na Penitenciária Modulada da cidade. Os bombeiros estavam em casa. “Foi preciso alguém ir na residência de um deles para pegar as chaves do portão e do caminho”. Por esta razão, salientou, a corporação não irá se aquartelar. “O que podemos fazer é apoiar eventual paralisação dos PMs”.

APOIO DA FAMÍLIA

Uma mudança de comportamento vem chamando a atenção nos últimos protestos no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. De acordo com o integrante da Federação Nacional dos Servidores Públicos e o presidente da Amapergs Sindicato, Flávio Berniceira, o funcionário, seja policial militar ou outro trabalhador, não é um ser isolado. Ele tem familiares, que sofrem com as dificuldades da classe. “A família foi à frente lutar pelos direitos também”, analisa. “O servidor, em especial da segurança pública, corre grandes riscos e a família

“A BM atualmente é um caldeirão”, compara Leonel Lucas, presidente da associação que representa os integrantes de nível médio da Brigada Militar, Abamf. “A qualquer momento pode ferver e transbordar”, completa Lucas, afirmando já estar recebendo muitas mensagens, por e-mail e WhatsApp, de PMs que mostram descontentamento com a situação.

Em 2015, mulheres e parentes de PMs se posicionaram em frente aos batalhões e ao Palácio Piratini, onde foi colocado um chapéu para pedir colaboração da população



sobre junto, o que fez com que ocorresse uma grande união", disse Berneira.

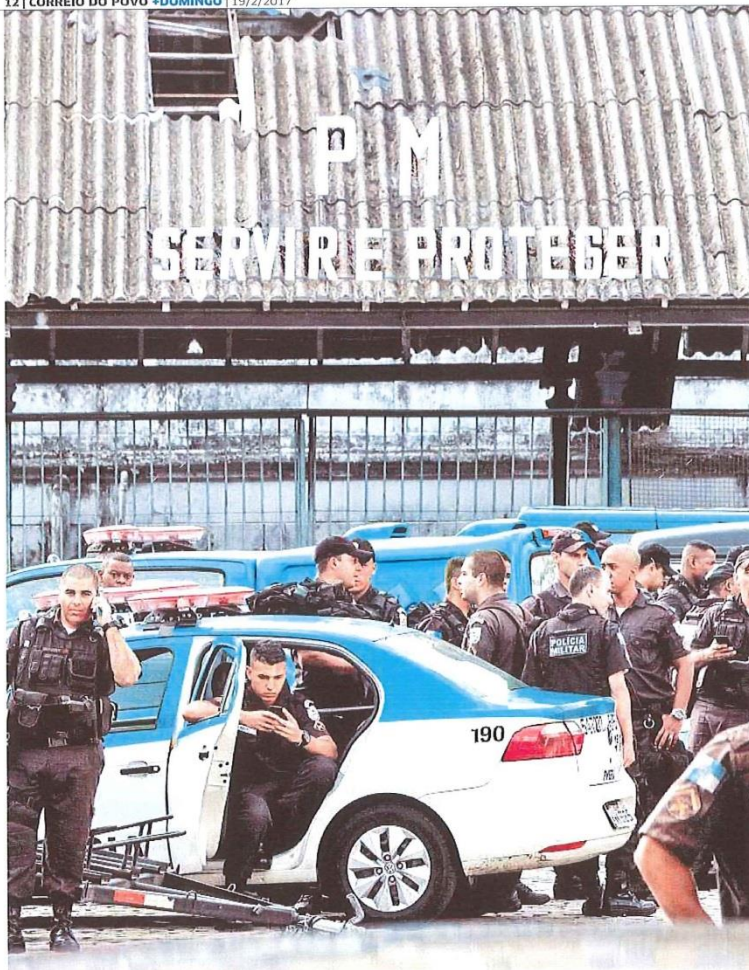
No entanto, nem sempre foi assim. Tempos atrás era comum a desagregação familiar, com a separação do casal. De 2015 para cá, em um pouco antes, ocorreu uma mudança de mentalidade. A família ficou mais unida, lutando pelos direitos junto com o servidor. Até porque, estes entes exercem o legítimo direito de protestar, como prega a democracia. Berneira cita como exemplo as duas últimas greves da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Suspepe), que tiveram de ser encerradas por decisão judicial. "Os familiares, que não estavam sujeitos a essa determinação, podiam continuar com os piquetes", exemplifica o presidente de Amapergs Sindicato.

Segundo Berneira, as manifestações em Vitória, no Espírito Santo, e no Rio de Janeiro destacaram a participação não apenas de mulheres, mas de filhos e maridos também, pois, salientou ele, as forças de segurança não são compostas apenas de homens. "Como os policiais militares são impedidos por lei de protestar ou falar, as famílias estão tendo um papel muito importante nesse sentido", analisou Flávio Berneira. "Eles (familiares) é que estão levando a público as dificuldades, angústias e riscos que os profissionais estão sofrendo", afirmou, ressaltando que existe uma tendência muito forte de que este tipo de manifestação se alaste pelo país inteiro. Berneira lembrou que o Rio Grande do Sul foi o pioneiro neste tipo de protesto, tendo sido feito algo igual há dois anos.

Para o presidente da Amapergs Sindicato, os investimentos e a valorização dos servidores definem o grau de manifestação. Segundo ele, em países onde há investimentos na área, as manifestações são poucas, mas as pessoas têm o direito de protestar, de ir à rua e mostrar o que está ocorrendo. Não é o caso, salientou Berneira, do Brasil. A segurança pública aqui, segundo ele, está sendo tratada de maneira errada, com os trabalhadores não tendo a devida valorização, além serem poucos os investimentos no setor. "A família sofre tudo isso", afirmou. "Há atraso de salário, o risco do ente querido ser morto e as diversas privações pelas quais todos são obrigados a passar", comentou Berneira.

No atual contexto brasileiro, analisou o integrante da Federação Nacional dos Servidores Públicos, os familiares acabam sendo vítimas das agressões, sendo obrigados a muitas vezes viverem segregados devido ao temor das facções que povoam as grandes cidades brasileiras. As esposas e filhos de policiais militares, em um menor grau dos civis, se obrigam a viver quase que escondidos, muitas vezes não revelando a profissão do pai ou da mãe. "Quantas vezes não vimos policiais militares andando à paisana, com a farda e a identificação escondidas por temor de represálias ou até mesmo perseguições?", questionou o presidente da associação dos penitenciários do Rio Grande do Sul. "Isso também irá atingir aos familiares, que vivem acovados, quase que em guetos (também pelo temor de serem alvos de marginais)", ressaltou o integrante da Federação Nacional dos Servidores Públicos.

Berneira salientou que a situação dos servidores da segurança pública chegou a esse patamar devido a uma série de fatores, sobretudo em função da desatenção dos sucessivos governos, tanto estaduais quanto federais, com uma área extremamente



importante para a sociedade.

ANÁLISE

Para o mestre em Sociologia da Ufrgs Francisco Amorim, um dos legados mais preocupantes que a crise no Espírito Santo e no Rio de Janeiro está deixando é o fato de os estados terem começado a delegar o trabalho na área da segurança para o governo federal e este estar usando as Forças Armadas para tal fim. É algo muito preocupante, segundo Amorim. "O soldado do Exército é treinado para o combate, não para o policiamento da cidadania", ressaltou Amorim, acrescentando que hoje os militares desempenham papel importante na vigilância das fronteiras. "O policial militar, via de regra, recebe algum treinamento para lidar com questões de estresse nas ruas das cidades", destaca.

De acordo com o mestre em Sociologia, as manifestações no Espírito Santo mos-

traram que mudou muito mais do que a cultura do povo. "É algo cruel, pois o PM coloca a vida em risco, mas o salário é baixo e, em alguns casos, parcelado", analisou Amorim. "Temos de levar em consideração que, quando o salário é baixo, muitos apelam para compras consignadas e, quando o vencimento não é corrigido, as pessoas entram em desespero, pois não terão dinheiro para pagar todas as contas", complementa.

Esse atraso ou parcelamento dos ganhos, analisa Amorim, acaba refletindo no trabalho do profissional. As famílias saem à rua para defender o direito a uma vida digna, pois já vivem com muito pouco. Na avaliação dele, com atrasos, a situação acaba ficando desesperadora. "Qual será o espírito desse policial quando sair às ruas para trabalhar?", questiona Amorim. "Com certeza não pode ser bom, pois o estresse e as preocupações com dívidas acabam atrapalhando o serviço como um todo", comentou Amorim.

No Rio de Janeiro os servidores pararam as atividades, com apoio das famílias, exigindo melhores condições salariais e de trabalho

Atualmente, como os policiais militares não tem permissão para fazer greve denunciando os baixos salários ou o seu atraso, as mulheres de policiais militares estão indo à rua para protestar. Os familiares, em maior proporção as esposas, estão agindo de uma forma legítima, de acordo com o mestre em Sociologia, que atualmente cursa o doutorado. Na realidade, elas estão mostrando que a família — uma instituição que tem um peso grande no Brasil — está unida, que está sentindo dentro de casa os problemas de uma má gestão pública. “Na realidade, o que as mulheres estão reivindicando é comida na mesa para os filhos. É óbvio que eles estão fazendo esse movimento por terem a certeza de que não serão agredidas”, ressaltou Amorim.

“Porém, esperamos que os policiais militares reflitam muito bem este momento pelo qual passam. Que entendam que eles também são servidores públicos e entendam o que a categoria como um todo sofre”, comentou Amorim. Ele ressaltou que, talvez, em próximas manifestações das outras categorias do serviço público, os policiais militares possam ter mais compreensão do fato e das atitudes dos colegas.

A culpa de a situação ter chegado a um ponto de ruptura, de acordo com Amorim, não é dos policiais militares, não é das mulheres, não é do cidadão, mas sim dos Estados ausentes, que acabaram delegando à União a responsabilidade pela segurança pública. Amorim, que está na cidade do Rio de Janeiro, citou o exemplo de um passeio pelo bairro de Copacabana na última quarta-feira. A cada 50 metros,

mais ou menos, segundo ele, havia soldados do Exército patrulhando as ruas. “O mais impressionante é que pessoas de idade falavam que os soldados tinham que ficar indefinidamente, fazendo a segurança do local”, recordou.

O também sociólogo Luciano Brito entende que o processo que ocorreu no Espírito Santo é algo maior do que apenas uma manifestação. Segundo ele, é uma nova fase de luta de classes, um reordenamento desse tipo de embate, que ficou mais evidente após o impeachment, quando o país voltou a um modelo neoliberal. “Parece existir uma espécie de articulação entre líderes políticos no sentido de provocar um arrocho, desemprego entre outras mazelas”, analisou. “Isso fez com que os trabalhadores se mobilizassem, mesmo as forças policiais, que historicamente são usadas como aparato de repressão às manifestações”, afirmou.

A família ajudando no protesto, de acordo com Brito, não é algo novo, em outros momentos da história do país as mulheres foram à luta, protestando e trancando quartéis. Conforme o sociólogo, como os policiais militares são legalmente proibidos de fazer greve ou qualquer outro tipo de manifestação, as “mulheres servem como ferramenta” para este tipo de manifestação e assumem a responsabilidade de apoiar os companheiros.

A participação da mulher (esposa) dá uma ideia de família, que está sendo mobilizada, pois o conceito de família no Brasil tem um significado muito grande, muito importante”, explicou o sociólogo. “Essa participação mostra a opinião pública que não é apenas o policial, mas a família, que está reivindicando melhores condições de trabalho, salário entre outras”, analisou Brito.

*Para sociólogo
Francisco Amorim,
a culpa de a
situação
ter chegado a um
ponto de ruptura
não é dos policiais
militares, não é
das mulheres, não é
do cidadão, mas
sim dos Estados
ausentes, que
acabaram
delegando à União
a responsabilidade
pela segurança
pública.*

CADERNO C COLUNISTAS

Porto Alegre, sábado, 18 de fevereiro de 2017.

o Sul



CLÁUDIO HUMBERTO

Marajás "mamam" nos Três Poderes do Brasil.

"Compromissos, sobretudo, éticos."

Carlos Velloso (STF), muy amigo de Michel Temer, recusando convite para ser ministro

"Marajás" do serviço público recebem supersalários nos Três Poderes, "contornando" o teto constitucional. A malandragem consiste em não incluir na conta dos vencimentos o que chamam de "vantagens" e outros ganhos. Um desembargador de Sergipe recebeu R\$ 326 mil em janeiro, enquanto no Tribunal de Justiça do Ceará 26 embolsaram salários superiores ao limite constitucional. Neste ano de 2017, só o governo federal gastará R\$ 306,9 bilhões com pagamento de salários.

Meio bilhão ilegais

Somente as "vantagens" dos marajás do Poder Executivo federal somaram R\$ 422,4 milhões no mês de dezembro.

Marajás afortunados

O governo federal ainda não divulgou os dados da folha de janeiro, mas em dezembro pagou supersalários a 17 afortunados servidores.

Professor marajá

O campeão do mês foi um professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, que embolsou R\$ 157 mil em dezembro, além do salário.

Constituição estapeada

O Legislativo tem seus próprios marajás. Somente na Câmara dos Deputados, 21 servidores recebem ilegalmente acima de R\$ 33,7 mil.

Supremo faz a vítima indenizar o próprio algoz

Vai sair do bolso do contribuinte, vítima da criminalidade, a indenização ordenada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para os presos que reclamam das condições carcerárias. Na prática, o bandido que baleiar ou estuprar receberá compensação pelo presídio "degradante", ao contrário de sua vítima, levada a hospital público de fato degradante. A vítima não terá do STF ou do Estado nem mesmo pedido de desculpas.

Duas vezes vítima

Entre os contribuintes que vão pagar a indenização ordenada pelo STF estão aqueles que agonizam nos hospitais, vítimas pelo bandidos.

Três vezes vítima

A ocupação de um leito hospitalar pela vítima de crime priva o acesso ao leito de uma pessoa que necessita, pelas vias ordinárias.

Muso inspirador

A ação que encantou o STF é de um bandido condenado por latrocínio, um dos crimes mais covardes e repugnantes. Ele matou para roubar.

Memória não é curta

A Polícia Federal e Ministério Público Federal lembram. A ex-ministra Erenice Guerra ainda é investigada no caso de compra e venda de medidas provisórias no governo do PT. Ela era secretária-executiva

da Casa Civil do governo Lula e foi ministra da Casa Civil de Dilma.

Não mais

Chegou ao fim a súbita cordialidade de seguranças da Câmara dos Deputados com as mulheres. Em geral rispídeos, eles até permitiam a entrada no plenário sem autorização, desde que seja do sexo feminino.

Redução de gastos

O governo Michel Temer reduziu a verba publicitária da Petrobras para 2017, fixada em R\$ 500 milhões. Mesmo assim representa 37% dos gastos com propaganda do primeiro governo Dilma: R\$ 1,35 bilhão.

Primeiro rico emprego

Após abandonar os estudos, Arthur Albuquerque, de 26 anos, ganhou o primeiro emprego: será secretário do Trabalho do governo de Renan Filho, em Alagoas, R\$ 18 mil por mês. Foi indicado pelo pai, deputado.

Cadáver insepulto

Vinte dias após o falecimento da mulher de Lula, o PT nacional divulgou através do Twitter um texto sob título "Veja a cobertura do velório da ex-primeira-dama Marisa Leticia".

O que é ruim esconde?

O Portal da Transparência do governo federal não tornou público um centavo sequer dos gastos de 2017. O Ministério responsável pelo site informou que "a conta não fechou" e promete atualização "em março".

Prestígio

Esta semana, a GloboNews transmitiu ao vivo, por mais de uma hora, o julgamento que manteve em cana o ex-deputado cassado Eduardo Cunha. Nem em casa ele tem tanto ibope.

Curitiba-Paranaguá: 20 anos

A Ferrovia Curitiba-Paranaguá faz 20 anos este mês. Já transportou três milhões de passageiros no trecho que é dos poucos destinados ao turismo ferroviário, além de ser o segundo corredor de cargas do País.

Pensando bem...

...no Brasil da Lava Jato, "o Estado é o lobo do homem". Lobão, faltou dizer o filósofo Thomas Hobbes em "O Leviatã".

PODER SEM PUDOR

Chave de galão

O ex-embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, demitido pelo então chanceler Celso Amorim por telefone, gosta de jogar futebol. Certa vez, numa quarta-feira, hora do almoço, ele se paramentou todo e reivindicou vaga em uma pelada de filhos de diplomatas no Clube das Nações, em Brasília: "Quero jogar, sou ministro". Obteve a vaga, mas a garotada se vingou: ninguém lhe passou a bola. O jogo inteiro.

Com André Brito e Tiago Vasconcelos

Publicação simultânea com o Jornal de Brasília

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO **C**OLUNISTAS



LEANDRO MAZZINI

Bala na agulha.

Diante da iminente reforma da Previdência e a cobrança da sociedade, entidades classistas do setor de segurança pública criaram a UPB – União dos Policiais do Brasil. São civis, militares, guardas municipais, agentes penitenciários e legislativos. Querem fortalecer a demanda pela manutenção em “lei da atividade de risco” na carreira. Não apenas pela periculosidade – os federais não têm – mas para garantir a aposentadoria mais cedo em cinco anos em relação aos outros brasileiros.

Celebridade

O advogado Djalma Rezende, o goiano que gastou R\$ 8 milhões no casamento, estava na lista dos 30 pretendentes ao cargo de ministro do STF que chegou ao Congresso.

Do Coldre

A Taurus já vendeu 2 mil unidades da sua nova pistola, a.838. Compacta e de cano curto, ela se esconde facilmente numa farda. Deve ser a segunda arma de policiais.

Cidadania & vitrine

As atrizes Cássia Kiss, Daniele Susuki e Flávia Alessandra visitaram o Ministério da Justiça. Querem se envolver na pauta de defesa dos refugiados, como Bruna Marquezine.

Agora vai

Alexandre de Moraes, futuro ocupante da cadeira de Teori Zavascki no STF, já teve nome rejeitado pelo Senado. Foi em maio de 2005, em meio à revelação do mensalão. Moraes havia sido indicado pela Câmara para o Conselho Nacional de Justiça. A rejeição foi interpretada pelo PSDB e pelo PFL, à época, como retaliação do governo.

Manobra

Comandada pelo então senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a base do presidente Lula manobrou e colocou a indicação em votação sem a presença de parlamentares da oposição em plenário. Resultado: Alexandre de Moraes obteve 39 votos.

Manobra 2

Uma semana depois, a oposição deu o troco. Sem amparo no regimento, a indicação de Moraes passou por nova votação. Foi aprovado por 48 votos a sete, maioria absoluta do quórum mínimo. O presidente do Senado à época era Renan Calheiros (PMDB-AL).

Cabeça a prêmio

O PT quer a cabeça do ministro Eliseu Padilha, que revelou o que sabemos há tempos: que ministro da Esplanada é es-

colhido pela força da bancada. O protocolo foi feito na Comissão de Ética do Planalto pelos deputados Afonso Florence e Robinson Almeida.

Briga classista

As associações de peritos, papiloscopistas, policiais federais vão reforçar o lobby no Congresso e na rua contra a Associação dos Delegados de PF, que em carta pediu substituição do diretor-geral da PF com indicação de lista triplíce.

Praxe

“Não é assim que se vai fazer a sucessão e melhorar a PF. O delegado da PF não é um ‘órgão’”, reclama o presidente do Sindicato dos Policiais Federais, Flávio Werneck. Na PF, há anos o diretor geral é sempre um delegado, acordo da classe com o governo.

PMDB em tudo

Aliados do presidente do Senado, Eunício Oliveira, e do líder do PMDB, Renan Calheiros, os senadores Raimundo Lira (PMDB-PB) e Simone Tebet (PMDB-MS) são os nomes cotados para assumir comando do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Delação vem aí

Ambos perderam a disputa para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça que ficou com o senador Edson Lobão (PMDB-MA). É o Conselho de Ética que recebe e analisa representações ou denúncias feitas contra parlamentares da Casa.

Engavetador

O Conselho de Ética foi presidido nos últimos quatro anos pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA). O peemedebista arquivou, em decisão monocrática, os pedidos de cassação contra Renan Calheiros (PMDB-AL) e de Romero Jucá (PMDB-RR).

Ponto Final

“Com currículo mais amplo de truculência, Moraes propiciou também, por omissão, as tragédias nos presídios de Manaus e Roraima. Prima inclusive por uma incontinência verbal assustadora, de um partidário exacerbado; há vídeo, atestando a virulência da sua fala. E é esta figura exótica a indicada agora para o Supremo Tribunal Federal.” Do escritor Raduan Nassar, ontem, ao receber o Prêmio Camões de 2016, honraria concedida pelos governos do Brasil e Portugal e um dos principais reconhecimentos da literatura em língua portuguesa.

contato@colunaesplanada.com.br

CADERNO COLUNISTAS

Porto Alegre, domingo, 19 de fevereiro de 2017.

o SU



CLAUDIO HUMBERTO

Senado pagou visita de senadores petistas a Marisa.

"Incompatível com o princípio republicano."

Ministro Luiz Edson Fachin (STF) criticando o foro privilegiado para autoridades

Dos dez senadores do PT, seis não tiveram a dignidade de pagar do próprio bolso as passagens para o enterro de Marisa Leticia, mulher de Lula. Gleisi Hoffmann (PR), Humberto Costa (PE), Jorge Viana (AC), José Pimentel (CE), Regina Sousa (PI) e Lindbergh Farias (RJ), ganham somados mais de R\$ 200 mil por mês, mas espertaram o custo das passagens na infame Cota de Atividade Parlamentar, o "cotão".

Mesquinha

A soma das passagens dos seis senadores nos custou R\$ 11,9 mil, o suficiente para pagar salários a um desempregado por um ano.

Em números

A passagem de Lindbergh, ponte aérea do Rio, custou só R\$ 886,88. Já o cearense Pimentel, R\$ 3.115,58. Tudo por nossa conta.

Menos quatro

Os demais senadores do PT não usaram dinheiro público para chorar lágrimas de crocodilo no enterro que Lula transformou em comício.

Você quem paga

A "Cota para o Exercício de Atividade Parlamentar", que indeniza qualquer despesa dos políticos, custa-nos R\$ 270 milhões por ano.

Peru ensina ao Brasil como punir a corrupção

Muito ao contrário do Brasil, que no governo Dilma Rousseff inventou o "acordo de leniência" a pretexto de "preservar as empresas", o governo do Peru tomou a decisão certa e cristalina contra os que roubam o país: empresas que se envolvem em corrupção estão impedidas de assinar contratos com o poder público, assim como agente público corrupto fica para sempre proibido de trabalhar para o Estado peruano.

Insaciáveis

No Brasil, enquanto negociam "acordos de leniência", empresas que roubaram a Petrobras receberam R\$ 1 bilhão do governo em 2016.

Delação premiada

O presidente peruano Pedro Pablo Kuczynski também criou premiação para servidores honestos que denunciem casos de corrupção.

Saiu muito barato

A Justiça já desbloqueou os bens de empresas, como a Odebrecht, acusadas de roubar a Petrobras. Logo poderão ser contratadas.

O que ainda falta?

A revista IstoÉ desta semana ofereceu à Justiça mais um bom motivo para mandar prender o ex-presidente petista, com a entrevista de Davincci Lourenço, acionista da Camargo Corrêa, afirmando com todas as letras: "Levei mala de dinheiro para Lula".

Depoimentos devastadores

Davincci Lourenço prestou a José Carlos Blat, do MP de São Paulo, quatro depoimentos devastadores sobre Lula. O promotor os encaminhava à força-tarefa da Operação Lava Jato, em Curitiba.

Mentira de ocasião

Petistas acham que "a democracia acabou" no Brasil porque perderam o poder. Essa foi a mentira contada por cineastas de festival, que foram a Berlim às custas de dinheiro público, e um escritor mal-educado que preferiu mentir sobre "golpe" em vez de agradecer um prêmio recebido.

Nunca antes na história

Nunca o governo nos tomou tanto: se a previsão de arrecadação do governo Dilma no início de 2016 era de R\$ 2,9 trilhões, no atual governo é arrecadar mais de R\$ 3,4 trilhões.

Aqui primeiro

Ex-líder do governo Dilma, Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) confirmou ao Ministério Público o que os leitores desta coluna sabem desde 14 de janeiro de 2016: foi Lula o mandante da oferta de propina a Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras para melar a Lava-Jato.

Governo vs. Lava-Jato

Levantamento do Paraná Pesquisa mostra que a maioria (44%) dos entrevistados acreditam que o governo Temer "é contra" a Lava-Jato. Apenas 26,4% acham que o governo apoia a operação. O instituto falou com 869 pessoas em todo o país entre 12 e 15 de fevereiro.

Sempre eles: PT-PMDB

O Fundo Partidário, que arranca cerca de R\$ 60 milhões por mês do contribuinte, deve distribuir este mês 1,11% do total do fundo para o PT e 0,89% para o PMDB. São os partidos que mais recebem do fundo.

Mundo dos bancos

A divulgação carnavalesca dos lucros bilionários de bancos é sempre um tapa na cara de 12,3 milhões de brasileiros, que tentam sair do buraco, desesperadamente, do desemprego e... das dívidas bancárias.

Pensando bem...

...após a sentença sobre o Uber, a Justiça do Trabalho ainda vai reconhecer o vínculo empregatício do computador que "dirige" os carros autônomos.

PODER SEM PUDOR

Pinto mole

Recém eleito deputado federal, o maranhense Pinto do Itamaraty foi a Brasília e se hospedou na casa do deputado Sebastião Madeira (PSDB-MA). Passou mal e ficou de repouso. Madeira recomendou cuidados à sua empregada e, ao chegar para o almoço, perguntou a ela como estava "o paciente". Madeira conta que não conteve a risada com a resposta: "O Pinto? Acho que ele continua doente. Fui lá olhar e ele tá tão molinho...".

Com André Brito e Tiago Vasconcelos

Publicação simultânea com o Jornal de Brasília

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL.
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS



LEANDRO MAZZINI

Os "puros".

A ideia do ex-governador gaúcho Tarso Genro de lançar um partido com os "puros" do PT tem ganhado força com a ponte para pular etapas. Como ficou claro para ele que seu grupo político quer disputar eleições em 2018, vislumbra ajudar a deputada Luiza Erundina (PSOL, ex-petista) a concretizar o Partido Raiz, já registrado e em avançada coleta de assinaturas pelo País.

Desafio cruel

Há duas listas no Planalto: os nomes (políticos) que querem o Ministério da Justiça e são rejeitados por Michel Temer. E os que o presidente quer, mas dele desdenham.

Vida nova, mas...

Desafio no orçamento do Ministério da Justiça: O Programa de Proteção a Testemunhas tem casas em três capitais. Muitos querem denunciar, mas não toparam a mudança.

Olho nele

Há um esforço discreto no governo para tirar do cargo o presidente do conselho da Dataprev, Francisco Monteiro, o Chico Picadinho, por ser ligado ao PT.

Lobby

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ordenou reforço da segurança e rigor na averiguação de visitantes em dias de sessões da comissão especial da proposta de reforma da Previdência. Mas, por ora, só valeu para o povo: as reuniões estão repletas de representantes de empresas de previdência privada.

Operação Previdência

Maia pediu ao governador Rodrigo Rollemberg reforço da segurança na Esplanada no dia 16 de março, data da apresentação do parecer do relator da reforma, Arthur Maia (PPS-BR). Centrais sindicais se movimentam para lotar o gramado do Congresso.

Terceirização a jato

Os empresários que defendem a regulamentação da terceirização, já aprovada no Senado, reuniram-se com o presidente do Congresso, Eunício Oliveira, para pedir um apoio na tramitação na Câmara: que o projeto passe em decisão terminativa na CCJ.

Sem cadastro

A ideia do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de atrair estrangeiros para compra de terras extensas no Brasil

esbarra num déficit administrativo de décadas: a AGU não tem o cadastro até hoje de quem são os estrangeiros que já compraram terras aqui.

Anjos e...

De Carlos Velloso, que recusou o cargo de ministro da Justiça: "Os juízes são homens, não são anjos". Em 2004, no TSE, foi relator do processo contra o então governador do DF, Joaquim Roriz. Votou contra a cassação do ex-senador.

Saci do Maggi

Torcedor do Internacional gaúcho, que caiu para a 2ª divisão, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, tem uma estatuetta de um saci (símbolo do torcedor) na mesa. De raiva, vira a imagem de costas para ele. Mas a faxineira insiste em colocá-lo na posição frontal.

Prévia da guerra

Do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que circulou efusivo pelo Senado, com resultado da pesquisa CNT que apontou queda da popularidade do presidente Temer e a liderança de Lula da Silva: "Vamos voltar! É o Lula que teremos em 2018".

Apadrinhar

O projeto Apadrinhar, criado no Rio em 2014, vai lançar campanha para apoio da população a crianças. O Apadrinhar já atende 200 em 14 instituições. A maioria dos atendidos tem mais de 7 anos de idade, fase em que a chance de adoção é muito remota.

Contra o tempo

As legendas correm contra o tempo para criar campanhas de mídia que incentivem a filiação de mulheres. O TSE cassou o horário de TV de nove partidos.

Ponto Final

"Às vezes até se pensa, com ironia, que o documento que o trabalhador brasileiro usará para requerer o benefício da aposentadoria será o atestado de óbito. Precisamos pensar de forma urgente o que fazermos, já que o Congresso quer rasgar nossa Carta Magna." Do conselheiro da OAB Everaldo Patriota (AL), presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da entidade.

contato@colunaesplanada.com.br

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS
DE PLURALISMO, APARTIDARISMO,
JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL. O SUL
O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO
PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER
NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO C COLUNISTAS



ARMANDO BURD

Dilma vem aí.

Após entrevista à Agência France Presse em que a ex-presidente Dilma Rousseff admite concorrer às eleições de 2018, surgem especulações. Uma é que disputará vaga ao Senado pelo Rio Grande do Sul. Militantes do PT de todo o País viriam para a campanha, tornando a corrida empolgante e fato político de repercussão internacional.

Botou a correr

De 1976 a 1986, Eduardo Battaglia Krause foi funcionário da Secretaria Estadual do Planejamento, ajudando prefeitos do Interior na obtenção de recursos federais. Durante as conversas, recolheu causos que incluiu em seu livro de crônicas A Vaca Nua. Um deles: "O prefeito se hospedou com um assessor em um hotel de Porto Alegre. Pela manhã, ao se acordar atrasado, chamou o serviço de café no quarto. Enquanto isso, foi apressadamente tomar banho. Ao sair do chuveiro, perguntou ao assessor, mais grosso que dedo destroncado, se alguém tinha batido à porta. A resposta: 'Bateram, sim, prefeito. Mas ao invés de trazerem o mate, encostaram um carrinho cheio de frutas. Botei a correr, isso aqui não é venda!' E lá se foi o desjejum do prefeito".

Frente a frente

O secretário municipal da Fazenda, Leonardo Busatto, irá à Câmara para expor aos vereadores, nesta terça-feira, a situação das finanças da prefeitura desde 2014. Encontrará na plateia integrantes da equipe de José Fortunati prontos para contestar.

O grande desafio

A grande esperança da reforma do ensino, recém aprovada, é que deixe para trás o fracassado faz de conta que marca os desempenhos deficientes em provas dos alunos. Mesmo estados com recursos humanos e financeiros escassos precisarão redefinir prioridades. Alberto Einstein dizia e com razão: "É insanidade esperar resultados diferentes fazendo a mesma coisa".

Quadro tenebroso

Atualmente, mais de 1 milhão de jovens no País, entre

15 e 17 anos, estão fora da escola e à margem de qualquer trabalho. Formam o batalhão nem-nem. Traduzindo: nem estudam nem trabalham.

Desaparecida

Filiados e simpatizantes da Rede Sustentabilidade no Rio Grande do Sul andam atrás de Marina Silva, que desapareceu do noticiário. Circunstância que se refletiu na sua queda em pesquisas recentes. Marina é uma das raras figuras no plano nacional que está distante da Operação Lava-Jato, mas do resto também.

RÁPIDAS

- Vai chegando: se emplacar o ministro da Justiça, o PSDB ficará com seis indicados no 1º escalão. Um a mais do que o PMDB.
- O ex-deputado estadual Mauro Sparta assinou ficha no PP.
- Hábito cada vez mais frequente no plenário da Assembleia Legislativa, quando as chamadas sobem: tocam fogo nos bombeiros.
- Alunos de faculdades de Direito pedem que os professores tratem do tema ética na vida pública. Passaram a chamar de cadeira de "moralização".
- Em várias cidades, formam-se blocos de Carnaval com o mesmo nome: Caixa 2.
- O único acontecimento que dá certo no Rio de Janeiro: 60 mil personagens desfilando ao longo de 14 horas.
- Novos prefeitos souberam que, a 23 de abril, será comemorado o Dia Nacional do Choro. Por isso, querem ir a Brasília. Trata-se, porém, de homenagem ao gênero musical.